

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA - POSGRAP
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO PROFISSIONAL EM ENSINO DE
HISTÓRIA – PROF-HISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA**

DAYANE DA SILVA

**IDENTIDADE NEGRA NO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA
AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO
BENÍCIO FERREIRA REIS, LIMOEIRO DE ANADIA/AL**

São Cristóvão/SE
2026

DAYANE DA SILVA

**IDENTIDADE NEGRA NO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA
AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO
BENÍCIO FERREIRA REIS, LIMOEIRO DE ANADIA/AL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Ensino de História (PROFHISTÓRIA), da Universidade Federal de Sergipe, como parte dos pré-requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Profa. Dra. Mariana Bracks
Fonseca

Linha de pesquisa: Saberes históricos em
diferentes espaços de memória

São Cristóvão/SE
2026

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S586i Silva, Dayane da
Identidade negra no ensino de História e cultura afro-brasileira e africana na Escola Municipal Prefeito Benício Ferreira Reis, Limoeiro de Anadia/AL / Dayane da Silva; orientadora Mariana Bracks Fonseca. – São Cristóvão, SE, 2026.
91 f.: il.

Dissertação (Mestrado Profissional em História) Universidade Federal de Sergipe, 2026.

• História - Estudo e ensino. 2. Diáspora africana. 3. Antirracismo. 4. Escola Professor Benício Ferreira Reis – Limoeiro de Anadia (AL). 5. Identidade social. 6. Cultura afro-brasileira – Limoeiro de Anadia (AL) I. Fonseca, Mariana Brack, orient. II. Título.

CDU 94(813.5)

DAYANE DA SILVA

**IDENTIDADE NEGRA NO ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA
AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NA ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO
BENÍCIO FERREIRA REIS, LIMOEIRO DE ANADIA/AL**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Mestrado Profissional em Ensino de História, da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Aprovada em: 23/02/2026

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Mariana Bracks Fonseca - Presidente
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Prof. Dr. Dulcídio Manuel Albuquerque Cossa
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Prof. Dra. Sheyla Farias Silva
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Dedico este trabalho a todas as crianças e adolescentes negros que não se reconhecem como negros, que seus processos de aceitação e reconhecimento sejam repletos de orgulho e respeito. Que as feridas deixadas pelo racismo sejam apenas mais um motivo para resistir e lutar por uma sociedade mais justa. Em especial, meu filho Pedro Augusto, minha força diária.

AGRADECIMENTOS

A priori, agradeço a Escola Prefeito Benício Ferreira Reis junto à gestão, professores e alunos, onde pude realizar minha pesquisa, foram essenciais para que se concretizasse. Minha mãe Ana Lúcia que nunca mediu esforços quando era possível ficar com meu filho Pedro Augusto para que eu pudesse pesquisar, escrever e trabalhar, ela é minha guerreira. Ao meu esposo Wermeson que sempre me apoiou no curso, me levou nas madrugadas para viajar de Alagoas à Sergipe para o campus da UFS, me encoraja sempre a estudar e a buscar melhores oportunidades. Minhas colegas de viagens Denise e Brenda, foram minhas companheiras de viagens. As segundas e terças-feiras ficaram mais leves com vocês, meninas. Agradeço a Nadja, irmã de Denise que nos cedeu seu apartamento para que pudéssemos nos alojar, sem ela seria tudo mais difícil. Por fim, agradeço à minha orientadora Mariana Bracks pelas palavras de conforto quando me senti frágil, pelas orientações, sempre bem colocadas, pelo incentivo e principalmente pela paciência. A todos meu carinho e eterna gratidão.

RESUMO

Este estudo investiga a construção da identidade negra sob o viés da aplicação da Lei 10.639/03 na Escola Municipal Prefeito Benício Ferreira Reis, localizada no Distrito Pé Leve em Limoeiro de Anadia – AL. O objetivo principal é compreender como a identidade negra é construída diante da aplicação ou não da referida lei. Além disso, evidenciar a importância do Ensino de História como instrumento na valorização das histórias e culturas afro-brasileiras. A pesquisa foi realizada com gestores, professores e por amostragem com o público de alunos. Foram utilizados procedimentos técnicos de pesquisa etnográfica como observação participante, além da aplicação de questionários para coletar dados qualitativos e quantitativos e pesquisa documental. Os dados coletados foram analisados com o recurso de gráficos construídos no Excel, e interpretados de acordo com a contextualização teórica. Contudo, são vários os desafios enfrentados na escola campo de pesquisa para a construção de identidade negra positiva e aplicação da Lei 10.639/03, como falta de formação continuada, investimentos em educação para as relações étnico-raciais na escola, materiais didáticos que representem de maneira igualitária todos os povos em suas diversidades, sem incluir ou excluir determinadas populações. Conclui-se que a aplicação da Lei 10.639/03 é uma grande aliada na construção de identidade negra positiva e combate ao racismo, desde que implementada de forma adequada. Para auxiliar nos objetivos desta pesquisa, foi elaborado como recurso educacional um Manual de Atividades que será apresentado mais adiante.

Palavras-chaves: Identidade Negra, Ensino de História, História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Antirracismo, Escola Prefeito Benício Ferreira Reis.

ABSTRACT

This study investigates the construction of Black identity from the perspective of the implementation of Law 10.639/03 at the Municipal School Prefeito Benício Ferreira Reis, located in the Pé Leve District, in Limoeiro de Anadia – AL. The main objective is to understand how Black identity is constructed in light of the implementation, or lack thereof, of the aforementioned law, as well as to highlight the importance of History teaching as a tool for valuing Afro-Brazilian histories and cultures. The research was conducted with school administrators, teachers, and a sample of students. Ethnographic research procedures were employed, including participant observation and the application of questionnaires to collect qualitative and quantitative data, in addition to documentary research. The collected data were analyzed through graphs created in Excel and interpreted according to the theoretical framework adopted in the study. The findings reveal several challenges faced by the researched school in building a positive Black identity and implementing Law 10.639/03, such as the lack of continuing teacher education, insufficient investment in education for ethnic-racial relations, and the absence of teaching materials that equitably represent diverse peoples without including or excluding specific populations. It is concluded that the implementation of Law 10.639/03 is a significant ally in the construction of a positive Black identity and in combating racism, provided that it is properly implemented. To support the objectives of this research, an Educational Activities Manual was developed as a pedagogical resource and will be presented later in this study.

Keywords: Black identity; History teaching; Afro-Brazilian and African history and culture; Anti-racism; Prefeito Benício Ferreira Reis School.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Localização de Limoeiro de Anadia em Alagoas	25
Figura 2 - Imagens aéreas: Vista parcial da cidade de Limoeiro de Anadia – AL	26
Figura 3 - Explicação da denominação do nome da cidade	27
Figura 4 - Ex-escravizada Faustina, filha da escrava africana Felícia, em fotografia de 13 de janeiro de 1961.	30
Figura 5 - Apresentação do folguedo Quilombo em Limoeiro de Anadia	31
Figura 6 - Apresentação do folguedo Quilombo em Limoeiro de Anadia	32
Figura 7 - Apresentação do folguedo Quilombo em Limoeiro de Anadia	33
Figura 8 - Rainha do Quilombo, 2021 e 2022	33
Figura 9 - Escola de Educação Básica Prefeito Benício Ferreira Reis	35
Figura 10 - Escola de Educação Básica Prefeito Benício Ferreira Reis	35
Figura 11 - Anexo 1 da Escola Prefeito Benício Ferreira Reis	36
Figura 12 - Anexo 2 da Escola Prefeito Benício Ferreira Reis	37
Figura 13 - Mapa mental “Racismo na Escola como combater/atuar?”	52

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Você já presenciou racismo na escola?	46
Gráfico 2 - Você já sofreu racismo na escola?	46
Gráfico 3 - Você já presenciou racismo ou injúria racial na escola Prefeito Benício Ferreira Reis entre alunos?	48
Gráfico 4 - Em caso de racismo ou injúria racial na escola, você sabe como agir?	48
Gráfico 5 - Se sim, a atitude da escola para resolver a situação foi:	50
Gráfico 6 - Você já recebeu alguma formação específica sobre a Lei 10.639?	65
Gráfico 7 - Qual é o objetivo principal da Lei 10.639?	66
Gráfico 8 - Como a Lei 10.639 tem sido implementada na escola Prefeito Benício Ferreira Reis? (Marque todas as opções que se aplicam)	67
Gráfico 9 - Quais são os principais desafios enfrentados na implementação da Lei 10.639 na escola Prefeito Benício Ferreira Reis? (Marque todas as opções que se aplicam)	68
Gráfico 10 - A Lei 10.639 trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas. Em sua instituição de trabalho, como essa temática é abordada?	70
Gráfico 11 - Quais são os principais desafios que você identifica na implementação da Lei 10.639 em sua instituição?	71
Gráfico 12 - Como você avalia o impacto da Lei 10.639 na formação dos estudantes?	71
Gráfico 13 - Quais são as ações que sua instituição de trabalho tem adotado para promover a implementação da Lei 10.639?	72
Gráfico 14 - Com que frequência há casos de racismo na instituição em que trabalha?	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Espaços da Escola	37
Quadro 2 - Conhecimentos dos gestores pesquisados sobre a Lei 10.639/03	69
Quadro 3 - Opinião dos gestores acerca da temática afro-brasileira e africana serem trabalhados na escola relacionados a diminuição dos casos de racismo	74

LISTA DE SIGLAS

BNCC - Base Nacional Comum Curricular

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CF - Constituição Federal

CNE/CP - Conselho Nacional de Educação / Câmara de Formação de Professores/Educação Profissional e Tecnológica

DCNs - Diretrizes Curriculares Nacionais

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EJA - Educação de Jovens e Adultos

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

PPP - Projeto Político Pedagógico

PROFHISTÓRIA - Mestrado Profissional em Ensino de História

SEDUC - Secretaria de Estado de Educação

TLC - Treinamento de Liderança Cristã

UFS - Universidade Federal de Sergipe

UNEAL - Universidade Estadual de Alagoas

SUMÁRIO

1 NOTAS INICIAIS: TRAJETÓRIAS, (DES) CONSTRUÇÕES E DELINEAMENTOS DA PESQUISA	12
2 MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DE ANADIA: CONTEXTO HISTÓRICO, RELIGIOSO E CULTURAL	25
2.1 Conhecendo Limoeiro	25
2.1.1 História: memória, lendas e religiosidade	26
2.1.2 Presença e cultura negra em Limoeiro de Anadia	28
2.2 A Escola Prefeito Benício Ferreira Reis	34
2.2.1 Breve histórico da instituição	34
2.2.2 Ofertas e quadro de alunos	36
2.2.3 Anexos	36
2.2.4 Infraestrutura	37
2.2.5 Gestão, Professores e Alunos	38
3 ENSINO DE HISTÓRIA E ANTIRRACISMO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES	38
3.1 Por um ensino não eurocêntrico e antirracista	40
4 IDENTIDADE NEGRA COMO SE CONSTRÓI?	54
4.1 Lei 10.639/03: conceitos, avanços e impasses	59
4.2 Aplicabilidade na Escola Prefeito Benício Ferreira Reis (2023 - 2025)	64
5 MANUAL DE ATIVIDADES - “RAÍZES DE LIMOEIRO: IDENTIDADE, HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA”	76
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	78
REFERÊNCIAS	81
Apêndice A – Formulários de pesquisa	85
Formulário - Alunos	85
Formulário – Professores	87
Formulário - Gestores	89

1 NOTAS INICIAIS: TRAJETÓRIAS, (DES) CONSTRUÇÕES E DELINEAMENTOS DA PESQUISA

A presente pesquisa consiste em um estudo investigativo acerca da construção de identidade negra sob o viés da aplicação da Lei 10.639/03 (Brasil, 2003) na Escola Municipal Prefeito Benício Ferreira Reis, localizada na cidade de Limoeiro de Anadia - AL. Discorre também sobre os desafios e possibilidades da aplicação da referida lei no ensino de História, já que o estudo dessas culturas na educação básica tem fundamental importância tendo em vista a construção de uma identidade que geralmente é tema relacionada à escravidão. Tem também como finalidade a elaboração de um manual de atividades para ser utilizado como recurso educacional nas aulas de História das redes de ensino.

No entanto, antes de iniciar é necessário conhecer a chegada até aqui, o que me motivou a pesquisar sobre o tema e os caminhos trilhados, pois, cada pesquisa busca solucionar um problema, produzir e disseminar conhecimento. Utilizar-me-ei da primeira pessoa do singular em todo meu texto, pois são minhas vivências e experiências enquanto professora da educação básica que estão aqui presentes, além de minhas vivências pessoais. Como cita Evaristo (2020) em *Escrevivência*, a escrita surge através das experiências de vida como forma de resistir e afirmar humanidade em um mundo marcado por exclusões e desigualdades sociais. Relatar a própria trajetória ultrapassa a dimensão da resistência, constituindo-se também como um processo de construção do sujeito. Ao narrar suas experiências, o indivíduo revisita o vivido, ressignificando suas memórias e convertendo-as em aprendizagem e em ampliação do autoconhecimento (Silva, 2015).

Fui a primeira que conseguiu cursar o ensino superior. Mesmo com as adversidades da vida como pobreza e falta de recursos tecnológicos, nunca me faltou o incentivo e meus pais sempre me proporcionaram o que tinham de melhor, palavras de conforto, conselhos, “puxões de orelha” e tudo que pais fazem. Por causa deles eu consegui cursar o ensino médio no Instituto Federal de Alagoas, ingressei no superior numa universidade pública (Universidade Estadual de Alagoas - Uneal) e hoje no mestrado público na Universidade Federal de Sergipe - UFS. Coragem para crescer através da educação para mim nunca faltou.

Minha trajetória no mestrado profissional não foi como esperava que fosse. No segundo ano de curso, antes de qualificar, engravidei, fiquei de licença maternidade quatro meses, que passaram muito rápido e logo tive que voltar às atividades empregatícias. E foi mais uma batalha para dar conta de estudar, trabalhar, casa, família, criança, etc. Sempre tive

a consciência que para mulheres que são mães, trabalhar ou estudar era difícil, mas não imaginei que fosse tanto. A demanda é enorme: noites mal dormidas, dias longos, doenças, cuidados, presença. Tudo isso faz com que o tempo passe, nos “atropele” e a gente nem percebe. Não produzir diante desse cenário não é falta de vontade, nem desleixo, é aceitar que temos limites e fazer o que se pode dentro das condições, principalmente quando não se tem rede de apoio. Diversas vezes me senti fraca, desmotivada, impotente, quis desistir, me via incapaz, mas aqui estou finalizando mais essa etapa. Ser mãe é a melhor e maior experiência que existe entre todas as coisas mais extraordinárias do universo.

A justificativa para a escolha da temática se deu por vários motivos, dentre os quais eu não poderia deixar de mencionar, minha própria história de vida. Meu processo de construção de identidade negra se deu de forma tardia. Apenas na graduação em História em 2017, após cursar no 6º período a disciplina de História e Cultura afro-brasileira e africana em que um semestre mais tarde fui monitora da mesma disciplina, foi que essa identidade passou a desabrochar. Naquele momento, buscava mais conhecimento sobre minha origem étnica e auxiliava outros graduandos no mesmo processo. Sou fruto da união de pai negro e mãe parda com ambas as famílias predominantemente negras.

Na infância em rodas de conversas de família sempre me deparei com o silenciamento a respeito de cor de pele. Tanto minha família materna como paterna são majoritariamente negros, mas não se enxergam como tal. Cresci ouvindo que somos “morenos” e que negro são apenas aqueles “negros da Bahia”, ou seja, os retintos, os quais não nos encaixávamos, segundo eles, pois temos a pele “mais clara”. Mas acreditem, eu não tenho a pele clara. Se autodeclarar ou apontar o outro como negro parece ser uma ofensa, algo ruim que não pode ser exposto. Dessa forma, a fase de infância e adolescência foram bem difíceis, geralmente me chamavam de “moreninha” e até hoje ainda fazem, porém, hoje consigo corrigir.

Diante desse negacionismo, tive que renunciar a identidade. Meus cabelos cacheados sempre eram alisados, minha pele negra tentava esconder com um pó de rosto mais claro, meus lábios grossos, nariz grande e achatado eram motivos de chacota. Assim, para mim, enquanto criança e adolescente, as únicas formas de desviar dos preconceitos raciais eram me moldando à cultura branca. Eu não gostava de ser negra, lembro-me de me comparar com outras crianças brancas olhando a cor de meu braço e a cor do braço delas e sempre me sentia constrangida e inferiorizada, sempre que me olhavam estranho, pensava eu que estavam me julgando pela cor e talvez estivessem. Alguns episódios me marcaram nessa

trajetória. Um deles, diz respeito a fala de um senhor que andava no mesmo ônibus durante meu Ensino Médio: “Você é moreninha, mas é bonitinha”, como se ser negro fosse “feio”.

Ao me identificar como negra, iniciei meu processo de aceitação. Durante a pandemia, cortei todo meu cabelo alisado desde os 12 anos e iniciei o processo de transição capilar. Por ter ficado bem curtinho, utilizava turbante para sair, pois não me sentia bonita. Por isso, vários olhares me cercavam, principalmente em locais públicos, como supermercado. Foi nesse momento que percebi que não seria fácil o processo, mas que seria possível e os primeiros e mais importantes passos eu já havia dado, agora restava ter paciência e ignorar a opinião dos outros, principalmente de familiares.

O preconceito que partia da minha própria família contra mim também era comum, por eu ser a “mais negra” das meninas, me chamavam de Xica da Silva¹. Lembro-me que uma tia até cantava a música enredo da novela fazendo referência a mim e que, apesar daquilo para ela parecer uma “brincadeira”, me constrangia bastante. Mas, por ser minha tia, eu fui condicionada a não responder e, por respeito, apenas ria e fingia não me importar.

Durante a minha trajetória enquanto aluna da educação básica sempre fui a menina negra da turma, ou seja, a “neguinha...aliás moreninha” como ouvi uma vez de um colega branco. Esse fato é só mais um dos vários episódios de racismo que foram cometidos por parte dos próprios colegas de sala, de “amigos” mais próximos e até de professores. Sobre esse último, um em especial, chamou a mim e outra colega, também negra, de macacas, por estarmos rindo de uma situação corriqueira quando deveríamos estarmos sérias. Eram piadas e brincadeiras de cunho discriminatório, mas que, naqueles momentos com pouca idade, não conseguia rebater e apenas sorria por não ter o discernimento de criminalidade dos atos, mesmo me sentindo inferiorizada e discriminada. Hoje tenho plena consciência de quem sou e por que sou e aprendi que “perceber-se é algo transformador” Ribeiro (2019, p.13).

Outro fator determinante para a escolha do tema foi a maneira que cresci aprendendo a história dos negros na escola nas aulas de História. Essa questão sempre era voltada para a escravidão e somente em datas como o 20 de novembro éramos lembrados, e de forma depreciativa, como coitadinhos que foram violentados e depois “salvos”. Nas Feiras de Ciências e peças teatrais da escola no Ensino Fundamental – Anos Finais me colocavam como a personagem baiana ou escrava e nunca como uma personagem principal. Sempre era a coleguinha loira de cabelos longos e que tinha forte influência social. Não que eu quisesse ser, mas o racismo estrutural estava, e está, impregnado em todos os lugares, principalmente

¹ Telenovela brasileira de 1996 que conta a história da escrava Xica da Silva que se torna rainha.

nas escolas. Sobre a visão negativa sobre a África. (Moore, 2010, p. 174-175) “está ligado ao pesadelo do legado das fontes eruditas poluídas”.

E por fim, enquanto adulta e professora da educação básica, me formei na Uneal. Hoje, sou professora contratada da rede municipal da cidade de Limoeiro de Anadia, mesma cidade em que resido atualmente, e também atuo em mais uma escola de rede particular na cidade de Arapiraca/AL. Durante minha carreira profissional me deparei por várias situações que me fizeram repensar minha prática e buscar algo que pudesse fazer para combater a discriminação racial, ou pelo menos amenizar, as situações discriminatórias que meninos e meninas sofrem todos os dias.

Percebi que, quando falo a palavra “negro”, me referindo a qualquer coisa em sala de aula, alguns colegas logo olham para o/a colega negro(a), e esse(a) baixa a cabeça ou olha de maneira tímida por baixo. Outras vezes, já ouvi um colega negro dizer: “Nem olhem pra mim!”. A cada episódio como esse me vejo nesses adolescentes e revivo minha trajetória de estudante da educação básica.

Tudo isso é fruto da herança que nos foi deixada de depreciação, desumanização e preconceito. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Brasil, 2004) a população negra brasileira é quase metade da demografia total. Contudo, ainda há no ideário social a hipervalorização da cultura europeia e desvalorização da indígena, asiática e africana, fazendo com que os preconceitos, desigualdades e estereotipações persistam. Como resultado disso, para se esquivar das discriminações, muitos fingem ser o que não é para ser reconhecido, nesse caso, o branco.

Alguns episódios da omissão da temática na escola objeto de estudo também me fizeram buscar entender os motivos de isso ocorrer. Geralmente se trata de maneira geral em temas específicos como preconceito, respeito, inclusão em datas fixas pelo calendário, o que inclui a questão racial, já que a temática é pautada apenas no dia 20 de novembro. Em 2023, ano da minha pesquisa, quis levar um projeto para a escola. Nada grande já que ainda estava cursando disciplinas e trabalhando em duas instituições. Pensei em levar algo prático, mas que tivesse impacto significativo para os estudantes. Fiz o projeto que era composto basicamente por oficinas de capoeira, tranças nagô, cinema negro, confecção de bonecas Abayomi², desfiles de vestimentas e acessórios da cultura afro e conhecendo personalidades

² A boneca Abayomi, importante símbolo de resistência negra na cultura brasileira, foi criada pela artesã maranhense Lena Martins no final da década de 80, quando se discutia a marcha pela farsa de 100 anos da abolição e o movimento das mulheres negras passava por um intenso período de produção de conhecimento e crescente visibilidade.

negras. Pensei em fazer tudo isso com o auxílio da escola, do contrário, não seria possível. Apresentei para a direção junto com outra professora de ciências que se propôs a me ajudar e fomos bem recebidas, mas alertadas que na mesma semana e dias estariam acontecendo os jogos internos da escola.

Pensamos, debatemos e resolvemos mandar mensagem para os alunos através do *Whatsapp* para inscrevê-los nas oficinas, já que a escola não se manifestou em divulgar o projeto através dos meios de comunicação oficiais (grupos das turmas, *Instagram*). Buscamos materiais, solicitamos o professor de capoeira da escola que poderia ministrar a oficina, mas o mesmo não respondeu às mensagens e nem compareceu na escola.

Conversei com a diretora e passei as informações e inquietações. Ela respondeu que, infelizmente, seria difícil um projeto acontecer ao mesmo tempo em que os jogos, uma vez que os alunos iriam preferir esse outro evento. Solicitei uma nova data, mas, devido ao calendário escolar estar na penúltima semana de aula, não seria possível. No fim, todo o esforço foi em vão, sem a ajuda da gestão e corpo docente não foi possível o projeto sair do papel. Talvez jogos escolares fossem mais importantes que combate ao racismo.

Alguns meses depois, já em 2024, foram propostos na primeira reunião pedagógica o calendário do ano letivo e as ações para o ano. Inúmeros projetos foram propostos e apresentados, dentre eles: “Alimentação Saudável”, “Conhecendo Limoeiro”, “Soletrando”, “Calculando”, “Leitura e Escrita”, “Desfile Cívico”. Todos esses projetos eram externos à escola e tinham data de culminância. Eu, toda entusiasmada, procurava pelo 20 de novembro. Folhee até o fim do calendário e lá estava ele “Projeto Afro-Indígena” interno à instituição escolar. Para esse projeto, não haveria culminância, não seria divulgado e ainda seriam dois projetos em um. Questionei, falei que não concordava que todos os outros fossem externos e sozinho esse interno, mas como a gestão democrática funciona apenas na teoria, sozinha eu não tenho voz. A coordenação informou que já haviam muitos projetos e que a ordem veio da secretaria de educação. Seria fim de ano e, mais uma vez, aconteceriam os jogos internos. Além disso, teríamos que trabalhar durante as aulas. Não mais questionei, só concordei para evitar mais frustração.

Diante do exposto, a função social e relevância desta pesquisa se dão pela necessidade de promover a valorização da cultura afro-brasileira e africana na escola Prefeito Benício Ferreira Reis sob o viés da aplicação da Lei 10.639/03 bem como seu reconhecimento e contribuições, a fim de identificar e combater o racismo estrutural advindos de uma cultura formada através de preconceitos e estereótipos. Não é uma

pesquisa que busca excluir o eurocentrismo, mas que evidencie o africanismo como fonte de estudo e importância, para que meninos e meninas negros possam se ver representados e que a educação para eles faça sentido, que se sintam acolhidos e entendam que eles também têm história e que suas histórias não são marginalizadas, como geralmente é contada e ensinada.

Para minha dissertação, revisei a literatura especializada sobre a Construção de Identidade negra sob a aplicação da Lei 10.639/03 na Escola Prefeito Benício Ferreira Reis, que é a problemática da pesquisa. O levantamento foi efetuado entre agosto e outubro de 2023. Foram realizadas consultas no Catálogo de Teses e Dissertações da Fundação CAPES, selecionando textos sob os seguintes critérios: teses e dissertações disponibilizadas, independentemente da datação, defendidas entre 2019 e 2023, sob os descritores cruzados “Identidade negra e ensino de História”, “Identidade negra e Lei 10.639/03”, “Identidade negra e história e cultura afro-brasileira e africana”. As buscas incluíram as áreas de conhecimento “Educação” e “História” e a área de concentração “Ensino de História”.

Encontrei 45 trabalhos que tratam de questões relacionadas ao tema, sendo 34 resultados para “identidade negra” e “ensino de história”, 2 resultados para “Identidade negra” e “Lei 10639/03” e 9 resultados para “identidade negra” e “História e cultura afro-brasileira e africana”. Todos os 45 foram publicados na forma de dissertação.

Quanto aos objetos de conhecimento, e considerando a temática da dissertação, constatei em seus títulos que cerca de 7 dos textos incorporam a categoria “Identidade negra”, no singular, já no plural “Identidades negras” apenas 1 título contempla. Nas categorias “Lei 10639/03” e “História e cultura afro-brasileira e africana”, 3 e 0, respectivamente. Na categoria “Ensino de História” e “Educação das relações étnico-raciais” encontrei 19 e 4 textos, respectivamente. A maior parte desses trabalhos apresenta identidade negra e Ensino de História como solo de determinados personagens, como mulheres, adolescentes e crianças.

Como informado anteriormente, apenas três trabalhos se ocupam da “Lei 10.639/03” e nenhum sobre “História e cultura afro-brasileira e africana” como ponto principal da temática “educação antirracista”. Isso demonstra a reduzida abordagem que também é de meu interesse neste texto junto à construção de identidade negra e ensino de História no Ensino Fundamental - Anos Finais.

Os textos analisados focam parcialmente e de forma generalizada no problema. Destaco, posteriormente, os trabalhos que contribuíram para o desenvolvimento de meu texto, pois as temáticas são semelhantes, com as presenças de “Identidade Negra”, “História

e cultura afro-brasileira e africana” e “Ensino de História”, as quais culminam para uma educação antirracista.

Inicialmente, busquei os textos por sua questão central, pois é um dos pontos mais relevantes para sondar as similaridades ou disparidades. O primeiro texto reside na importância do ensino de História sob a perspectiva da educação antirracista para os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, visando à construção de identidades negras positivas.

Embasado em preceitos de estudos decoloniais que problematizam a questão da identidade negra e da perspectiva antirracista e respaldados por fontes documentais, incluindo a legislação que fundamenta as diretrizes para a educação, história, cultura africana e afro-brasileira, e relações étnico-raciais no Brasil, a pesquisa inclui uma entrevista com professores. Estes professores afirmam que as mudanças referentes ao reconhecimento e aceitação das crianças com cor/raça preta/negra ainda são pouco expressivas no ambiente escolar.

No entanto, a abordagem antirracista nas práticas de ensino, realizadas de maneira fundamentada, contínua e problematizadora, proporcionou às crianças a capacidade de dialogar e vivenciar diferentes questões raciais na escola, particularmente durante as aulas de História (Brito, 2022). Essa leitura foi pertinente, visto que tende a problematizar a construção de identidade negra na perspectiva antirracista, divergindo apenas no público, que enquanto o dele é o da educação infantil, o meu é anos finais. Nesse estudo, pude identificar o engajamento dos professores em ações antirracistas em sala de aula, o que me incentivou a conduzir o tema na pesquisa com os professores da Escola Prefeito Benício Ferreira Reis.

O ensino de História representa uma ferramenta pedagógica crucial, exercendo influência direta na identificação do aluno negro na escola, especialmente quando direcionado a esse propósito (Costa, 2019). Ou seja, o ensino de História é a abordagem principal na construção de identidades negras positivas quando é direcionado para isso. Utilizo o mesmo propósito quando destaco o ensino de História na propagação de conhecimento e que culmine no antirracismo.

Sobre a implementação da Lei 10.639/03 associada à construção de Identidade negra, discute a maneira pela qual a aplicação da Lei, que preconiza a inclusão do ensino de história e cultura africana e afro-brasileira nas instituições de ensino do país, pode contribuir de maneira positiva para a construção de identidades negras (Santos, 2019). Aqui, utilizei

como aporte principalmente a aplicação da Lei para culminar no fortalecimento da construção de identidade negra, isso é colocado quando no questionário dos alunos quando se eles conhecem aspectos da história e cultura africana e se isso é ensinado em sala de aula.

No mesmo viés são analisadas as práticas pedagógicas adotadas por professores que incorporaram a Lei 10.639/03 no contexto das aulas de História. O autor argumenta que a efetivação desse envolvimento dos professores com a temática está intrinsecamente vinculada a três aspectos: a consideração da identidade negra por parte de alguns profissionais; a participação em formações durante o horário de trabalho coletivo; e a realização de atividades que proporcionem espaço de estudo para os diversos sujeitos históricos (Prado, 2021).

Ainda seguindo a mesma sequência de tema, questionam, respectivamente, a presença da História da África e da Cultura Afro-Brasileira na legislação educacional brasileira, tendo como pressuposto uma reflexão orientada pelos debates sobre descolonização e decolonialidade, e abordam o desafio de introduzir, na sala de aula, a temática da África contemporânea com o objetivo de combater estereótipos, discriminação e preconceitos que frequentemente caracterizam o continente como pobre, subdesenvolvido, atrasado, tribal, entre outros. São problematizadas as classificações identitárias, ao mesmo tempo em que questionam o impacto da Lei 10.639/03 (Luzia, 2022) e (Barbosa, 2020).

A justificativa para esse recorte reside, sobretudo, na necessidade de identificar as pesquisas mais recentes produzidas sobre o objeto em questão, evitando a repetição de estudos já realizados. Além disso, o recorte possibilita aprofundar as novas contribuições teóricas, fornecendo bases sólidas para a fundamentação conceitual da pesquisa.

Depois dessa empreitada, posso, enfim, anunciar a seguir os termos fundamentais de minha dissertação. Uma pesquisa com o tema: Identidade Negra no Ensino de História e Cultura afro-brasileira e africana na Escola Municipal Prefeito Benício Ferreira Reis, Limoeiro De Anadia/Al. A questão central que permeia o estudo é: como é construída a identidade negra dos alunos da escola prefeito Benício Ferreira Reis a partir da aplicação da Lei 10.639/03?

O objetivo principal é analisar como a aplicação da Lei 10.639/03 tem influenciado na construção da identidade negra e na valorização da história e cultura afro-brasileira e africana entre os estudantes da Escola Municipal Prefeito Benício Ferreira Reis.

Os objetivos específicos são: a) identificar as práticas pedagógicas adotadas pela escola para implementar os conteúdos da Lei 10.639/03 no currículo escolar; b) verificar a

percepção dos estudantes e professores sobre a valorização da história e cultura afro-brasileira e africana no ambiente escolar; e) promover uma educação antirracista; d) criar um manual de atividades como recurso educacional voltado para a construção de identidade negra positiva.

Diante do tabu que cerca a (não) aplicabilidade da Lei 10.639/03 surgiram algumas hipóteses acerca da (des)construção de identidade negra dos alunos. Tais questionamento contemplam a história da escravidão e suas consequências e como a exclusão das contribuições afro-brasileiras no currículo e nas práticas pedagógicas de ensino reforçam estigmas negativos. A falta de representatividade positiva, como a deficiência de referências negras nos materiais didáticos, contribui para a invisibilidade das identidades negras. Professores e gestores precisam de formação adequada para trabalhar à temática. A baixa aplicação da Lei 10.639/03, pois quando a lei não é aplicada, os alunos têm menos acesso a conteúdo que valorizem a história e cultura negra, a superficialidade no ensino desses conteúdos pode gerar lacunas no entendimento. Atitudes preconceituosas entre a comunidade escolar podem desencorajar os alunos a se reconhecerem e se afirmarem como negros.

Neste estudo utilizei abordagem qualitativa, que consiste em uma pesquisa-ação, pois esta, “além de compreender, visa intervir na situação, com vistas a modificá-la” (Severino, 2007, p. 120). Nesse processo, busquei pessoalmente propor maneiras de mudar o que já estava arraigado e pré-estabelecido na mente dos alunos com relação aos preconceitos e eurocentrismos.

Para as orientações teórico-metodológicas, utilizei também o método etnográfico com procedimento de observação participante em que “produz conhecimento politicamente engajado” Demo (2008, p. 8) além de “trabalhar com grupos excluídos ou oprimidos” (Sobral, 2016, p. 126) inclui-se aqui afrodescendentes, indígenas e mulheres. Além disso, a observação participante, técnica utilizada, Minayo (2009, p. 70), consiste em um processo no qual o investigador “se coloca como observador de uma situação social, com finalidade de realizar uma investigação científica”.

Inicialmente tive uma conversa com o público pesquisado, construí um diário com informações que foram aqui introduzidas. Sobre esse tipo de metodologia etnográfica, defendem Rocha e Eckert (2008, p. 2):

[...] A pesquisa etnográfica constituindo-se no exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir) impõe ao pesquisador ou a pesquisadora um deslocamento de sua própria

cultura para se situar no interior do fenômeno por ele ou por ela observado através da sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade investigada se lhe apresenta.

Quanto aos instrumentos de pesquisa a metodologia foi de levantamento por meio de amostra³ de questionário e análise documental. No início da pesquisa elaborei um questionário no *Google Forms*⁴. Esse formato foi escolhido como ferramenta de coleta de dados devido a facilidade de aplicação. Para Severino (2007, p. 124), o questionário é “um conjunto de questões organizadas para levantar dados escritos por parte dos participantes, tendo por finalidade conhecer suas opiniões sobre o assunto estudado”.

Depois de construído, enviei para todo o público pesquisado (gestores, professores e alunos), a fim de obter de forma mais prática as respostas que já daria um resultado estatístico fechado, no entanto, devido ao baixo índice de respostas, foi necessário pensar em outra forma que pudesse alcançar uma quantidade maior de sujeitos. Pensando nisso, a melhor alternativa foi imprimir os questionários para serem respondidos manualmente. A conversa e acordo com os professores foi de extrema importância para conseguir aplicar em todas as turmas, já que eu não era professora de todas as turmas da instituição. Solicitei que aplicassem formando equipes de 5 a 8 componentes através de pesquisa por amostra.

Apliquei o estudo na Escola Municipal Benício Ferreira Reis que está localizada no Distrito Pé leve na cidade de Limoeiro de Anadia/AL. Contemplei todas as turmas da instituição para um resultado mais concreto. A escola atende cerca de 800 alunos do Ensino Fundamental - Anos Finais (ano de 2024), provenientes de diferentes contextos socioeconômicos.

A escola é reconhecida por seus diversos projetos artísticos, dentre eles o de maior proporção é o projeto Carroceata⁵ que atualmente acontece em meados de agosto. Essa escola foi escolhida por diversos motivos, dentre eles meu vínculo empregatício, já que é um ponto indispensável do ProfHistória. Outro fator relevante é minha inquietação quanto a construção de identidade negra dos alunos sob o viés da aplicação da Lei 106.39 na escola.

Diante dos contextos de racismo diários, cabe a nós educadores conscientizarmos quanto a diversidade e identidade étnica, a fim amenizar os preconceitos que estão

³ A amostra é alguma parte da população utilizada em uma pesquisa/enquete, onde se observam as características dessa parte para fazer afirmações válidas sobre toda a população.

⁴ Serviço gratuito do Google para criar formulários online.

⁵ Projeto que está em vigor desde 2012 e atualmente faz parte da cultura do Distrito Pé Leve e se fundamenta nas tradições e culturas brasileiras nacionais, regionais ou municipais. A cada ano é um tema diferente em que as turmas apresentam temáticas secundárias a respeito da principal. Vários elementos são apresentados, contexto histórico, apresentações musicais e artísticas e a famosa carroça contextualizada.

arraigados nas escolas brasileiras e devolver a dignidade daqueles que sofrem ou sofreram através do conhecimento de suas gloriosas origens.

Selecionei gestores, professores e alunos da instituição para fazer parte da pesquisa. Infelizmente não foi possível coletar os dados de todos os sujeitos por motivos diversos, desde a ausência de comunicação a indisponibilidade. Geralmente os horários eram corridos, alguns professores que residem em outras cidades estavam apressados ou simplesmente não tinham interesse em participar, alguns disseram: “Vai demorar?”, “Posso responder depois?” ou “é sobre o que?” quando eu respondia, respondiam “vixe...”.

Selecionei todos os gestores (direção, coordenação e apoio pedagógico) sem critério de exclusão ou inclusão. Professores, todos das diversas disciplinas (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Artes, Ensino Religioso, etc.) e os alunos do 6º ao 9º ano do fundamental Anos Finais que a instituição contempla. A faixa etária desses estudantes é de 11 a 17 anos. Quanto aos números, coletei os dados de 21 professores, 3 gestores e 138 grupos de 5 a 8 alunos levando em consideração o quantitativo por turma. No total, aproximadamente 700 alunos foram alcançados. É importante salientar que as respostas foram voluntárias.

Realizei a pesquisa em cinco etapas. A primeira foi a coleta de dados através de revisão teórica em sites (como mencionei acima – Plataforma Capes), livros e materiais disponibilizados pela orientadora. Em segundo momento realizei uma conversa com a direção e coordenação da escola e, neste momento, foi assinada a Ata de Apresentação para a implantação do projeto de pesquisa na instituição (Apêndice A). Em terceiro momento fiz o levantamento das turmas, alunos, professores, equipe pedagógica e diretiva para confecção e aplicação dos questionários impressos. Nesse momento realizei as divisões das turmas em grupos para pesquisa em amostragem devido ao quantitativo alto de alunos e a inviabilização da análise dos dados se fosse individual. Apliquei os questionários e a etapa seguinte foi à análise dos mesmos. Para isso, utilizei para montagem de gráficos e contabilização dos resultados o aplicativo Excel. Por último a discussão dos dados aqui apresentados.

A pesquisa etnográfica com os professores e alunos foi realizada aos poucos, sempre em momentos oportunos para não “prejudicar” o andamento das aulas. Foram conversas curtas, mas foi possível sondar e levantar dados importantíssimos para o resultado da pesquisa.

Ao final, além das considerações iniciais e finais, meu estudo foi organizado em três partes acrescido de um Manual de atividades que é o recurso pedagógico que trata sobre as raízes da cidade de Limoeiro de Anadia, incluindo história e a fundação. Destaco a cultura negra existente não só no município, mas também de maneira geral a história e cultura afro-brasileira e africana e sua relação com a cultura limoeirense. Destinado aos professores da educação básica da cidade que assim como eu lecionam o Ensino Fundamental Anos Finais, intencionando aulas mais dinâmicas, práticas e reflexivas acerca da temática história e cultura negra, tendo em vista a efetivação da Lei 10.639/03 e uma educação antirracista.

A primeira seção trouxe uma breve apresentação da cidade de Limoeiro de Anadia em seu contexto histórico, sua fundação, personagens e lendas. No contexto geográfico, sua localização e vista parcial da cidade nos dias atuais, quantitativo de habitantes de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), religioso com a predominância católica, destacando a Igreja matriz como um dos símbolos dessa predominância, e como um dos primeiros monumentos arquitetônicos da cidade, sendo o mais antigo. E cultural destacando a presença negra na formação do povo limoeirense, incluo também a religiosidade de matriz africana presente no município e o grupo de Quilombos como ponto principal e sua importância para reforçar a cultura negra na cidade. Além disso, aborda também sobre a Escola Municipal Prefeito Benício Ferreira Reis que foi o campo de estudo. Destaco a localização, fundação, estrutura, quantidade de alunos, professores, origem desses alunos e professores. Ressalto ainda a estrutura da gestão e sua composição.

A segunda parte incluiu o estudo acerca do Ensino de História e do antirracismo. Destaco aqui desafios e possibilidades, reconhecendo a importância que o Ensino de História tem na formação cidadã crítica dos estudantes e papel do professor como intermediador para alcançar esse objetivo. Destaco, também, os desafios que há nas escolas em prol de uma educação mais inclusiva, igualitária e antirracista.

A seção três se voltaram, principalmente, para as nuances que levam à construção de identidade negra na escola. Realço o papel não só da escola, mas da sociedade como um todo em função da construção de identidade negra positiva, livre de estereótipos e preconceitos estruturais. Friso, ainda, exemplos de como essa construção se dá na escola campo de pesquisa. Trago, também, as experiências desenvolvidas na escola Prefeito Benício Ferreira Reis. Foram relatadas as ações desenvolvidas na escola e analisados o material coletado, como depoimentos obtidos por meio dos registros escritos, diálogos e

observação com professores, alunos e gestão. Como resultado dessa análise investigativa, foram apontados os principais motivos que levavam a maioria dos alunos negros da escola à prática do silenciamento acerca de sua negritude.

Como recurso pedagógico será apresentado um Manual de Atividades direcionado ao professor que atua nos Anos Finais do Ensino Fundamental, trazendo sugestões práticas de como se trabalhar diferentes temáticas relacionadas ao ensino de História e cultura afro-brasileira e africana de forma simples com o público infanto-juvenil, como determina a Lei 10.639/03.

2 MUNICÍPIO DE LIMOEIRO DE ANADIA: CONTEXTO HISTÓRICO, RELIGIOSO E CULTURAL

2.1 Conhecendo Limoeiro

Para situar o local de realização da minha pesquisa, trago um pouco da minha querida cidade de Limoeiro de Anadia. Limoeiro está situada na região central do Estado de Alagoas, tem cerca de 24.740 mil habitantes e área territorial de 309,205 Km² de acordo com o censo do IBGE de 2022. São 106 km até a capital Maceió e 21 km para a segunda maior cidade do Estado de Alagoas, Arapiraca. Limita-se com os municípios de Coité do Nóia, Taquarana, Junqueiro, Arapiraca e Campo Alegre como exposto na Figura 2, abaixo. É uma cidade pequena como tantas outras do estado de Alagoas, mas que tem sua história contada mais de uma versão, como será exposto no próximo tópico.

Figura 1 - Localização de Limoeiro de Anadia em Alagoas



Fonte: Wikipedia (2026).

Limoeiro já foi “mãe” da segunda maior cidade do estado de Alagoas, Arapiraca, e também de Taquarana e Junqueiro, mas devido às condições geográficas, econômicas, infraestrutura e assistência básica não conseguiu se desenvolver (Ticianeli, 2019). Na Figura 2, abaixo, sua localização e vista parcial.

Figura 2 - Imagens aéreas: Vista parcial da cidade de Limoeiro de Anadia – AL



Fonte: Captura de tela do Youtube, 2025.

2.1.1 História: memória, lendas e religiosidade

Sobre o contexto histórico, há várias versões acerca da fundação da cidade de Limoeiro de Anadia. A mais conhecida é que em meados do século XVIII um primeiro morador, Capitão Antônio Rodrigues da Silva, um homem branco e católico, chegou à cidade e colonizou a região próxima ao rio Coruripe, o que deu origem a uma fazenda para criação de gado e, a partir daí, iniciou-se o povoamento do local que se chamava Cruzes ou Oitizeiro.

Sobre o nome, conta-se que havia grandes quantidades de pés de limoeiro que serviam de sombra e descanso para os caçadores das matas da região. Outra versão é que o nome se deu pela construção de uma capela em devoção a Santa Cruz pelo, então fundador, Antônio Rodrigues. Ao lado da capela brotou um limoeiro e, com isso, o fundador da capela encarou como sendo um sinal divino e mudou o nome da capela para Nossa Senhora da Conceição do nascimento do Limoeiro (Barbosa Filho, 2011).

Figura 3 - Explicação da denominação do nome da cidade



Fonte: Barbosa (2020).

Sob o viés religioso na contemporaneidade, Limoeiro tem a Nossa Senhora da Conceição como padroeira e São Sebastião como co-padroeiro. Mesmo com o avanço do protestantismo, a fé católica ainda é a de maior número de fiéis que conta com grupos religiosos para fortalecer ainda mais a igreja. Dentre esses grupos está o TLC⁶ – Treinamento de Liderança Cristã, Terço dos Homens, Legião de Maria, entre outros que fazem obras de caridade para famílias necessitadas dos povoados e arrecadam fundos para a igreja. As missas acontecem semanalmente em algumas localidades e mensalmente em outras. Anualmente, há, também, procissões, bem como a festa religiosa em homenagem aos padroeiros da cidade. É nesse momento que os fiéis de todos os povoados se reúnem na Igreja Matriz para as homenagens.

Dados do IBGE (2022) mostram que mesmo o catolicismo (78,26%) tem o maior número de adeptos, mas há, também outros grupos religiosos que também são presentes na

⁶ Inicialmente tinha como objetivo recrutar jovens que estariam “perdidos” e longe da igreja, hoje estende-se para todos os públicos e faixas etárias, todos os anos esse movimento oferta um curso para formar novos agentes, dando margem para a expansão do cristianismo na cidade, já que tem por finalidade aproximação com a igreja católica.

cultura limoeirense: espíritas (0,14%), evangélicos (16,63%), sem religião (4,48%), não declararam (0,04%).

As religiões de matriz africana cresceram ao longo dos anos no Brasil. No censo de 2022, destacou-se o crescimento das declarações das religiões umbanda e candomblé quando comparadas com o último censo de 2010. Os números foram de 0,3 % para 1,05%. Destes, concentram-se mais na Região Sul, com 1,6%, e Sudeste, com 1,4%. Com relação a cor 1,04% (brancos), 2,26% (pretos), 0,8% (amarelos), 0,77% (pardos) e 0,64% (indígenas) pertencentes às tais religiões (IBGE, 2022).

Em Limoeiro de Anadia, o número de adeptos das religiões umbanda e candomblé é de 0,1%, um número baixo comparado às declarações de outras religiões. Esse número faz com que eu perceba o desconhecimento e estereótipos que cercam as escolas quando se trata de tais religiões. Na Escola Prefeito Benício Ferreira Reis, quando trato sobre as religiões afro os alunos sempre falam “É macumba”, “É religião do demônio”, e quando pergunto sobre o que sabem, nunca sabem de nada, foi sempre alguém que falou e eles simplesmente reproduzem.

Portanto, percebe-se que a maior porcentagem está entre pessoas pretas, o que pode estar ligado às origens históricas dessas religiões. Os dados evidenciam também que as religiões de matrizes africanas estão em expansão no Brasil, com maior presença em determinadas regiões e com forte ligação histórica e cultural com a população negra, embora não se restrinjam a ela.

2.1.2 Presença e cultura negra em Limoeiro de Anadia

Em Alagoas, há indícios da presença negra quase na mesma época que a branca, porém nas escrituras de mais de cinco séculos, as contribuições dessa população junto com a indígena foram omitidas, propositalmente. A maioria chegou durante o processo de colonização para trabalhar nos engenhos de açúcar do nordeste e, mais tarde, nos cafezais do sudeste. Não se sabe a quantidade e nem de onde vieram especificamente naquele período, já que a documentação é escassa. Angola, Congo, Rebolo, Angico, Gabão e Moçambique foram locais citados por Henry Koster, um cronista português. Sabe-se que os negros que formaram o quilombo dos Palmares eram de origem banto. Há registros de grupos islamizados em Penedo (guineenses e sudaneses) os bantos, decerto formavam a maior parte

dos que vieram para a região. Hoje, sabe-se que bantu é a base da cultura alagoana. Não há como negar as heranças africanas diversas deixadas por esse povo nos dias atuais, dentre elas é possível destacar o vocabulário, a cultura, a dança, a música, a religião, o que faz com que Tenório (2024) afirme que os africanos que ergueram o alicerce de Alagoas.

Uma dessas heranças são os quilombos urbanos, que trazem a cultura afro-alagoana como forma de resistência por meio do hip-hop, grupos de danças afro, manifestações religiosas e capoeira, fazendo parte de manifestações de negritudes da modernidade. Essas manifestações são parte da luta por reconhecimento de um povo que foi esquecido e excluído na contemporaneidade, uma vez que apenas usam sua arte em busca de cidadania outrora segregada (Bezerra, 2024).

Assim como no estado de Alagoas, a presença negra em Limoeiro se deu no processo de colonização da região pelo fundador Antônio Rodrigues, quando ele chega portando escravizados. No censo de 1872 havia em Limoeiro 859 escravizados na região (Barbosa, 2020).

A Figura 5, a seguir, traz uma ex - escravizada de nome Faustina. Os escravizados de Limoeiro vieram principalmente de Angola e que os proprietários os tinham como forma de manter o status social. Faustina era filha de uma escravizada chamada Felícia, que com a morte de sua senhora (Úrsula Rogério de França) foi doada para o filho da falecida (Teófilo Rogério de França) indo residir no sítio Brejo em Limoeiro. A mãe de Faustina faleceu aos 120 anos, Faustina casou-se e teve 2 filhos, faleceu com 118 anos. Ao longo de sua vida trabalhou como doméstica na residência de seus senhores (Barbosa, 2020).

Figura 4 - Ex-escravizada Faustina, filha da escrava africana Felícia, em fotografia de 13 de janeiro de 1961.



Fonte: Barbosa (2020).

Com a promulgação da Lei do ventre livre no Brasil em meados do século XIX, foi criado por intelectuais a Sociedade Libertadora de Alagoas, a qual contava com fundo de Emancipação, uma espécie de órgão que arrecadava dinheiro para comprar e libertar escravizados e que Limoeiro contribuía. Logo depois veio a Lei Áurea e em Limoeiro fizeram festa para comemorar a tão sonhada liberdade, que na teoria era linda, mas na prática continuavam excluídos socialmente e presos ao passado. Muitos ex-escravizados ficaram sob controle de seus senhores mesmo após a “liberdade”, pois as dificuldades eram maiores fora, a falta de emprego, marginalização e violência (Barbosa Filho, 2011).

Ainda referindo-se à liberdade, há resquícios de que em Limoeiro a libertação dos escravizados aconteceu antes mesmo da Lei da áurea, pois foram encontrados documentos (cartas de alforria) no cartório oficial da cidade que corrobora com essa informação. Não se sabe ao certo a motivação, mas para Barbosa (2011) talvez se deva aos laços afetivos e lealdade entre senhores e escravizados ou, ainda, que os senhores eram simpatizantes das causas abolicionistas, vale ressaltar que não era uma regra, não aconteceu de maneira generalizada em toda a Limoeiro.

Apesar do processo de miscigenação, em Limoeiro ainda há formas de resistência negra, como é o caso dos grupos de capoeira e a dança dos quilombos, que é uma atração de

folguedo, herança da cultura alagoana. Falando em quilombo, na data 27/09/2023 foi aprovado pela Assembleia Legislativa de Alagoas (2023) o projeto (nº 360/2023) de autoria do deputado Antônio Albuquerque que reconhece o Quilombo de Limoeiro de Anadia como Patrimônio Cultural e Imaterial do estado. Faz referência a uma festa realizada anualmente em alusão às festividades religiosas em homenagem ao co-padroeiro da cidade, São Sebastião (Alagoas, 2023) .

Quilombo ou Dança dos Quilombos, existente em Alagoas, é considerado por muitos historiadores como um auto que rememora o Quilombo dos Palmares, situado na Serra da Barriga, na atual cidade de União dos Palmares. Em Limoeiro de Anadia, a forma inicial do folguedo começou com a chegada dos primeiros escravizados negros por volta do final do século XVIII. À noite, após um dia de trabalho árduo nas fazendas de gado e nos engenhos, os negros se reuniam para praticar a capoeira e a luta simbólica entre negros e índios. No final do século XIX, um ex-escravo chamado João Gruta, originário de Marechal Deodoro, passou a organizar a dança para apresentações públicas durante as festividades de São Sebastião (Barbosa Filho, 2023).

Figura 5 - Apresentação do folguedo Quilombo em Limoeiro de Anadia



Fonte: @quilombodelimoeirooficial, 2025.

A apresentação tem como personagens caboclinho, o embaixador, o capitão, a Catirina (homem vestido como escrava negra, carregando, nos braços, um boneco), o Mateu (com roupas de chita), o papai velho, o espia dos caboclos, o vigia dos negros e os reis do encarnado e do azul (índios X negros). Seus componentes usam saias, calções, calça, manto, blusa de cetim azul ou vermelho, meias compridas, guarda-peito enfeitado com espelhos,

coroa de ouropel e areia brilhante. Além do aspecto festivo, os folguedos também cumprem um papel social importante. Abaixo estão algumas imagens da apresentação do folguedo em momentos diferentes.

Figura 6 - Apresentação do folguedo Quilombo em Limoeiro de Anadia



Fonte: @quilombodelimoeirooficial, 2025.

Hoje, existe também o “Quilombinho”, um projeto cultural que teve seu início no povoado Cadoz (Zona Rural de Limoeiro de Anadia), que tem por objetivo resgatar e fortalecer o Quilombo de Limoeiro. São os mesmos personagens, mesmo enredo, com adolescentes e crianças, sendo um projeto proposto como uma forma de resistência.

Figura 7 - Apresentação do folgado Quilombo em Limoeiro de Anadia



Fonte: @quilombinho.pov.cadoz, 2025.

Além dos personagens citados, há também a rainha, uma garota com idade entre 5 e 10 anos, usando roupas de realeza, geralmente um vestido longo de cor branca, em seu peito enfeites com espelhos, além de uma capa de cetim e adereços no cabelo.

Figura 8 - Rainha do Quilombo, 2021 e 2022



Fonte: @quilombodelimoeirodeanadiaoficial, 2025.

A dança do folguedo é realizada em três etapas, compostas por roubo, batuque e luta seguida da prisão dos negros. As duas primeiras partes acontecem uma noite, e a última na manhã do dia seguinte. Até os dias atuais, a cultura da festa folclórica de quilombos de Limoeiro é realizada e conta com a presença da população que prestigia a encenação em praça pública. Apesar de ter passado por momentos difíceis devido à ausência dos mestres fundadores com o passar dos anos, a cultura ainda se mantém viva.

A Lei 10.639/03 tornou obrigatório o ensino da história e da cultura afro-brasileira nas escolas, a fim de valorizar a contribuição dos povos africanos na formação da sociedade brasileira e combater o racismo por meio da educação. É importante ressaltar que essa lei não se limita apenas a conteúdos históricos, mas propõe um trabalho de reconhecimento, valorização e reconstrução da identidade negra dentro da comunidade escolar.

Em Limoeiro, o folguedo Quilombo é uma rica manifestação cultural que pode ser utilizada como ferramenta prática para trabalhar essa temática. O folguedo, que mistura dança, música e teatralidade, representa a resistência e a luta do povo negro por liberdade e dignidade. Ao estudá-lo, os alunos entram em contato com um exemplo de como a cultura negra está presente em seu território e como ela ajuda a formar a identidade local.

2.2 A Escola Prefeito Benício Ferreira Reis

2.2.1 Breve histórico da instituição

A escola está localizada no Distrito Pé Leve⁷, município de Limoeiro de Anadia, e atende estudantes, em sua maioria, da zona rural e outra parte da área do próprio distrito. Teve fundação em maio de 2013 e seu nome faz referência a um ex-prefeito da cidade, Benício Ferreira Reis, que prestou serviços de 1969 a 1973 e três anos depois em 1973.

⁷ A lagoa do Pé-Leve formou-se a partir do acúmulo das águas pluviais e das águas provenientes de um pequeno lago do sítio Bom Jardim, configurando-se, inicialmente, como um espaço de relevante importância ambiental, paisagística e econômica, especialmente para a atividade pesqueira. Com o passar do tempo, em decorrência de processos de poluição, a lagoa passou a integrar propostas de revitalização ambiental. A formação da lagoa contribuiu significativamente para o desenvolvimento da comunidade local, favorecendo o surgimento das primeiras moradias em seu entorno e a utilização dos mulgunzeiros, em razão de seu caule leve, na fabricação de embarcações artesanais (Projeto Político Pedagógico, 2021).

Figura 9 - Escola de Educação Básica Prefeito Benício Ferreira Reis



Fonte: Elaborado pela autora a partir de imagem do Google Earth (2025).

A escola é mantida pela Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação, e encontra-se submetida à supervisão da 5ª Gerência Especial de Educação (5ª GEE), do Estado de Alagoas. A instituição atende a um público numeroso e caracterizado pela diversidade étnica, cultural e social. A maioria dos estudantes é oriunda da zona rural, cujos pais ou responsáveis atuam principalmente na lavoura e na agricultura, como pequenos e médios agricultores. Além disso, a escola também atende estudantes provenientes da área central e urbanizada do Distrito Pé-Leve, os quais apresentam realidades sociais distintas.

Figura 10 - Escola de Educação Básica Prefeito Benício Ferreira Reis



Fonte: Acervo Pessoal, 2025.

2.2.2 Ofertas e quadro de alunos

A escola oferta o Ensino Fundamental Anos Finais (6º, 7º, 8º e 9º ano). No ano de 2023, ofertou modalidade de Educação de Jovens e Adultos – EJA 4º e 5º fase noturno, no ano de 2023 e, em 2024, a escola não ofertou turmas nessa modalidade. Há atividades nos três turnos e, em 2023, 862 alunos faziam parte do corpo discente. Já em 2024, contava-se aproximadamente com 800. Devido a quantidade de alunos, a escola conta com mais dois anexos além do prédio principal. Na instituição polo tem 06 salas e nos anexos 1 e 2, 06 e 04 salas, respectivamente.

2.2.3 Anexos

Figura 11 - Anexo 1 da Escola Prefeito Benício Ferreira Reis



Fonte: Acervo Pessoal, 2025.

Figura 12 - Anexo 2 da Escola Prefeito Benício Ferreira Reis



Fonte: Acervo Pessoal, 2025.

2.2.4 Infraestrutura

A Escola prefeito Benício Ferreira Reis conta uma infraestrutura física (salas), mobiliário e utensílios desgastados. Apesar da escola ser nova (comparada com outras da

região) está defasada, principalmente devido à falta de manutenção. Todas as salas de aula da escola polo contam com dois ar-condicionados, mas nenhum funciona devido a ausência de suporte de rede elétrica. Por isso, foram instalados 2 ventiladores em cada sala de aula.

A demanda de alunos é alta, principalmente no turno da manhã, cujas turmas contam com mais de 40 alunos. Já no período da tarde há turmas com 25, uma vez que os alunos preferem mais o turno matutino. Ademais, o que mais atrapalha além do número considerável de alunos nas turmas, é a ausência de recursos materiais para trabalhar como lousa digital, projetor, TV, livro didático e impressora. Entretanto, a direção da escola é solícita quando é possível atender.

Quadro 1 - Espaços da Escola

Quantidade	Especificação	Condições de Uso		Observações
		Adequado	Inadequado	
01	Diretoria	X		-
01	Secretaria	X		-
14	Salas de Aula	X		06 no polo, 04 no Anexo 1, 04 no Anexo 2
03	Cozinha	X		1 no polo, 1 no Anexo 1, 1 no Anexo 2.
14	Banheiros	X		05 banheiros masculinos e 5 femininos Anexos - 2 femininos e 2 masculinos, 1 em cada.
01	Biblioteca		X	Há os livros, mas não há espaço, mesas, cadeiras para leitura.
03	Pátio Descoberto	X		1 polo, 1 no Anexo 1, 1 no Anexo 2.
03	Pátio Coberto	X		1 polo, 1 no Anexo 1, 1 no Anexo 2.
03	Sala de Professores	X		1 polo, 1 no Anexo 1, 1 no Anexo 2.
01	Quadra esportiva	X		-

Fonte: Projeto Político Pedagógico (adaptado)

2.2.5 Gestão, Professores e Alunos

A gestão conta com duas diretoras (Geral e Adjunta) e quatro coordenadores, e 40 professores em 2024, entre efetivos e contratados, que lecionam nas diversas áreas de Linguagens, Humanidades, Ciências da Natureza e Matemática. Os professores são provenientes de Limoeiro e também de cidades circunvizinhas como Arapiraca, Junqueiro e São Sebastião.

A escola atende as necessidades da comunidade e circunvizinhança. Destaca-se os sítios: Mamoeiro, Areia Branca, Poço da Pedra, Campestre, Bom Jardim, Genipapo, Jacaré,

Timbó de Cima Timbó de Baixo, Jurema, Redonda, Pé-Leve Velho, Rio dos Bichos e Gaspar (Projeto Político Pedagógico, 2021).

3 ENSINO DE HISTÓRIA E ANTIRRACISMO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Esta seção tem por finalidade trazer uma reflexão acerca da prática docente no ensino de História. Ressalto a importância de uma nova abordagem na forma como o ensino de História, uma vez que esse geralmente é apresentado com viés eurocêntrico. Ademais, friso a abordagem antirracista como um dos pressupostos essenciais para a permanência do aluno negro na escola e na busca de uma educação igualitária e justa para todos, sem exceção de cor.

O ensino de História não é de longe uma sentença pronta e acabada. Mesmo tendo apenas cinco anos de carreira profissional vejo que desde a época da minha ingressão no ensino superior até o mestrado profissional muitas coisas mudaram. Minha sala de aula sempre foi reproduzir o que aprendi com meus professores da educação básica, já que meu curso na universidade, mesmo sendo licenciatura, não me ensinou a ministrar aulas. Mesmo nos estágios e programas governamentais de incentivo à docência, os professores que eram supervisores ainda reproduziam práticas tradicionais de ensino. Exaltavam grandes heróis, viam a história como um amontoado de informações e datas importantes.

Na Base Nacional Comum Curricular BNCC (Brasil, 2018), o ensino de História deve incentivar os estudantes a desenvolverem uma postura de investigação histórica. Isso envolve estimular sua participação ativa no processo de aprendizagem, ajudando-os a entender como o conhecimento histórico é construído. É essencial que os alunos sejam motivados a pensar com criticidade, investigar com responsabilidade e se reconhecerem como protagonistas capazes de interpretar, produzir e transformar a História. A BNCC reforça ainda essa perspectiva ao afirmar que o ensino de História deve desenvolver no aluno a capacidade de observar, extrair informações e interpretar, promovendo o desenvolvimento de competências como compreensão, análise e produção de conhecimento.

Assim, o ensino de História desempenha um papel fundamental na formação de indivíduos críticos e conscientes de sua identidade. Mais do que a simples memorização de datas e eventos, a disciplina se configura como um espaço de reflexão sobre o passado, compreensão do presente e projeção de futuros possíveis. A ausência de representatividade contribui para a disseminação de preconceitos no espaço escolar. Sobre isso, Souza (2024, p. 50) defende que:

[...] o ensino de História nos anos finais do Ensino Fundamental, necessita tornar-se um espaço de diálogo e reflexão, onde cada estudante possa

construir suas próprias interpretações da história, a partir de diferentes perspectivas fortalecendo o senso de pertencimento e identidade.

A universidade abre portas para um pensamento crítico, mas nem sempre enfatiza a prática. Mesmo que o aluno saiba os autores da didática, planejamento escolar, psicologia da educação, pode não saber ensinar/lidar com a sala de aula em seus vários sentidos, desde o conteúdo até aquelas turmas “indisciplinadas”. É certo que na prática em sala de aula o professor aprende, mas, até aprender, são reproduzidos comportamentos ineficazes para o desenvolvimento educacional do aluno.

Hoje, o professor ensina e aprende com os alunos. É uma via de mão dupla e, por isso, há a necessidade e a importância de desenvolver nos alunos habilidades de construir uma mentalidade para resolução de situações problemas. A associação dos conteúdos à realidade dos mesmos é uma forma de auxiliar nessa questão, além de incentivar a reflexão e curiosidades de problemas sociais cotidianos, culminando para um melhor aprendizado e protagonismo dos mesmos.

Portanto, incentivar a criticidade em nossos alunos é de longe o mínimo que podemos fazer, em um universo em que os adolescentes do Ensino Fundamental Anos Finais não sabem ler nem escrever, o papel do professor se torna ainda mais difícil, principalmente para aqueles que não sabem alfabetizar. E nós não temos a opção de não ensinar a esses alunos, mas sim tratá-los como iguais. Ministrando a mesma aula aos demais que são alfabetizados e mesmo que não tenha efeito, poucas aulas e não há como dividir as turmas em blocos de aprendizagens diferentes para cada “grau intelectual” individualmente.

Na grade curricular do curso de Licenciatura em História tem a disciplina de História da África e Afro-brasileira. Onde cursei a graduação, apenas uma disciplina abrangia as duas temáticas, o que é preocupante, uma vez que são disciplinas com pouca duração e conteúdo extenso, o que faz com que os professores universitários precisem filtrar o que é “mais importante” a ser visto. Por essa e outras razões, ao longo da história, a pessoa negra foi colocada como subalterna e inferiorizada com marcas irreversíveis no imaginário popular. O olhar voltado para os negros sempre foi de preconceito e discriminação. Eram vistos como objeto, seus conhecimentos eram desqualificados, seus traços estereotipados. Muita coisa mudou, mas ainda precisa mudar mais, principalmente o que já está impregnado na mente das pessoas “[...] há a necessidade de formar professores e professoras reflexivos e sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos” (Gomes, 2012).

3.1 Por um ensino não eurocêntrico e antirracista

Tendo em vista a formação cidadã e crítica, devemos pensar: Que aluno queremos formar? Quais caminhos seguir? Qual literatura utilizar? Quem eu quero representar? Então, qual é a educação que deve ser pensada para os povos discriminados? Para Gomes (2018, p. 223):

Não basta apenas o reconhecimento e a vontade política para descolonizar a mente, a política, a cultura, os currículos e o conhecimento. Essa descolonização tem de ser acompanhada por uma ruptura epistemológica, política e social que se realiza também pela presença negra nos espaços de poder e decisão; nas estruturas acadêmicas; na cultura; na gestão da educação, da saúde e da justiça: ou seja, a descolonização, para ser concretizada, precisa alcançar não somente o campo da produção do conhecimento, como também as estruturas sociais e de poder.

Assim, uma educação que não seja eurocêntrica. Uma educação intercultural, em que seja propagando a equidade, que nenhuma cultura é melhor que a outra, nem mais avançada ou mais estudada ou estruturada. Fazer com que o alunado entenda a outra cultura e se enxergue partícipe de uma ou grupo. Entenda seu lugar social e tenha orgulho de fazer parte. O professor não só da disciplina de História tem o dever de tentar acabar com a ideia de exaltar a colonialidade nas escolas. Pois como cita Moore (2010, p. 152-53):

A África deve ser estudada a partir de suas próprias estruturas, analisando-as em função das interrelações dentro do continente, mas também em relação ao mundo extraafricano. Somente assim se poderá descobrir as múltiplas maneiras pelas quais a evolução dos povos africanos interferiram e/ou influenciaram eventos nas diversas sociedades do mundo e não somente o inverso como tem se dado até agora.

Mas de que maneira? Buscando recursos através do conhecimento, que possam dar embasamento teórico e metodológico para difundir suas ideias. O currículo é um jogo de poder pautado nas classes dominantes. Então, para descolonizar é necessário ocupar o poder político, econômico, social e educacional é uma ferramenta crucial nesse sentido. Para então construir uma sociedade com menos preconceito.

Sabe-se que a África enquanto berço da humanidade com o episódio da diáspora referente ao tráfico foi deixado um legado extraordinário aos povos de vários países. Seus conhecimentos, crenças, habilidades. Seria interessante que fosse mostrado não somente a escravidão como sinônimo africano ou imagens estereotipadas como a selvageria, a fome, a

miséria. Mas, o que realmente é a África antiga e atual e sua importância para a formação do povo brasileiro, os impérios africanos, as imagens dos reis e rainhas, a cultura, a política, etc. sobre isso, Moore (2010, p. 147) destaca que:

A singularidade do continente africano que teve a maior repercussão negativa sobre o seu destino, determinado o que é a África de hoje, foi a de ter sido o primeiro e único lugar do planeta onde seres humanos foram submetidos às experiências sistemáticas de escravidão racial e tráfico humano transoceânico em grande escala.

A visão da África vista por viajantes entre os séculos IX e XI, antes da colonização, era de imagens positivas, da natureza, de mulheres consideradas bonitas [...] Após a Conferência de Berlim que definiu a partilha do continente, as imagens positivas foram dando lugar a negativas. Os povos tornaram-se sem cultura, sem história, bestializados, sem identidade. Tudo isso para justificar a exploração, a humilhação, o trabalho forçado, era necessário bestializá-los (Munanga, 2012). Mas porque ainda mesmo depois de tantos anos e estudos continua a propagação dessa visão desqualificada do continente? Será falta de informação, de estudo, de possibilidades de diálogo, de formação continuada?

Segundo Moore (2010) Mesmo com os avanços científicos e comprovação que o continente africano é o berço da humanidade, a integração e assimilação dos conteúdos da disciplina africana é muito lenta pelo meio acadêmico. Além disso, ainda há as interpretações conflituosas até entre historiadores da área. Isso se dá pela extensão do continente, variação da topografia, interação de vários povos e principalmente pela mais longa ocupação humana, tanto é que [...] “a história da espécie humana se confunde com a própria história da África” (Moore, 2010, p. 144). Sendo assim, é necessário que haja formação continuada não só para os professores de história, mas para os da área de humanas, para que se reproduzam histórias sem estereótipos e preconceitos que geralmente cercam as disciplinas africanas.

Na pesquisa realizada na escola campo, em diálogo com a turma foram realizadas algumas perguntas com relação ao tema discutido acima, como por exemplo, como é ensinada a história da população negra na escola e se ela recebe a mesma atenção que as outras. As respostas foram que geralmente se fala em “comidas, cultura, vestimentas, a escravidão, o trabalho dos negros, o tráfico”. Sobre a questão de receber a mesma atenção que outras, disseram que não, trata-se de vez em quando, assim como a indígena e que há outras coisas interessantes a serem estudadas como a diversidade e não somente a escravidão como geralmente é ensinada. Ou seja, está na mente dos alunos o que geralmente

é visto nos livros didáticos, o básico que muitas das vezes nem é discutido ou problematizado, algo fixo.

Práticas de omissão acerca da verdadeira história africana e afro-brasileira manifestadas cotidianamente nos ambientes escolares culminam em casos de racismo que afetam de forma violenta o psicológico de crianças e adolescentes que muitas vezes abandonam a escola por causa da discriminação. Benilda Brito destaca em sua fala que o rendimento escolar está profundamente vinculado à afetividade e que o debate sobre qualidade educacional e indicadores de desempenho exige, necessariamente, o enfrentamento do racismo e a valorização da autoestima da criança negra (Canal de Preto, 2019).

Diante das reflexões apresentadas, evidencia-se que o ensino de História ocupa um lugar central na construção de uma educação comprometida com a justiça social, a equidade e o enfrentamento do racismo. Superar a perspectiva eurocêntrica não se trata apenas de incluir novos conteúdos nos currículos, mas de promover uma ruptura epistemológica que questione hierarquias historicamente construídas e valorize os saberes, as culturas e as trajetórias dos povos africanos e afro-brasileiros. Nesse sentido, o ensino de História assume um papel político e formativo, ao possibilitar que os estudantes compreendam o passado de forma crítica, reconheçam-se como sujeitos históricos e construam identidades positivas.

A palavra “Racismo”⁸ é definida como:

1. Teoria que defende a superioridade de um grupo sobre outros, baseada num conceito de raça, preconizando, particularmente, a separação destes dentro de um país ou região (segregação racial) ou mesmo visando o extermínio de uma minoria.
2. Atitude ou comportamento sistematicamente hostil, discriminatório ou opressivo em relação a uma pessoa ou a um grupo de pessoas com base na sua origem étnica ou racial em particular quando pertencem a uma minoria ou a uma comunidade marginalizada.

Esse conceito está ligado ao século XV no processo de colonização, quando os europeus dividiram povos em grupos dominadores e dominados. Ao longo do tempo, vários argumentos foram usados para justificar essa dominação. Eles iam desde explicações religiosas e a ideia de que o africano não tinha alma, até falsas teorias “científicas” que diziam que os negros eram menos inteligentes. Também se reforçam estereótipos sobre o

⁸ "racismo", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2025, <https://dicionario.priberam.org/racismo>.

corpo e a força física, além de argumentos políticos e econômicos que afirmavam que era preciso “salvar” um continente visto como atrasado.

Assim, o racismo não é algo isolado, mas sim base do sistema colonial. Ele sustenta a dominação, justificando a exploração e a violência contra os povos colonizados. Vai além da exploração econômica: ele atua na negação da humanidade dos povos dominados, legitimando práticas violentas (Fanon, 1968).

Por lei, no Brasil, racismo é crime inafiançável e imprescritível (Art. 5º, XLII, da CF/88) (Brasil, 1988), caracterizado pela discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem, visando impedir ou dificultar acesso a cargos, empregos, e direitos, ou ainda por atos que discriminem um grupo racial. A Lei nº 7.716/89 (Lei do Racismo) detalha essas condutas, enquanto a Lei 14.532/2023 equiparou a injúria racial (ofensa à honra com elementos de raça/cor) ao crime de racismo, aumentando sua pena, mas mantendo a distinção: racismo atinge a coletividade, injúria racial o indivíduo.

Existem vários tipos de racismo, preconceito, discriminação, injúria e diferentes maneiras de identificá-los. O racismo individual é o mais fácil de identificar, pois quando um indivíduo ou grupo específico tem uma atitude racista é uma atitude direta. Racismo institucional é quando há vantagens ou privilégios em instituições baseados na raça, cor ou orientação sexual, geralmente acontecem em empresas, organizações.

Racismo estrutural é a normalização do racismo em sociedade, é quando a subalternidade de pessoas negras é aceitável. O racismo recreativo é aquele reproduzido na maioria das vezes na mídia, são falas discriminatórias, piadas ou imagens ridicularizando pessoas negras, menosprezando a população negra. O racismo velado é um dos mais cometidos, pois se esconde por trás de piadas e aparentemente não tem a intenção de ofender (Almeida, 2019).

O preconceito racial trata-se de uma concepção negativa e depreciativa atribuída a um grupo racial, construída sem base factual, de forma apressada e generalizante. Essa ideia influencia negativamente a maneira como os indivíduos desse grupo são percebidos socialmente, gerando estigmas. Um exemplo disso é a crença equivocada de que pessoas negras seriam, por natureza, preguiçosas ou desprovidas de conhecimentos.

Já a discriminação racial corresponde à expressão prática do preconceito racial. Ou seja, enquanto o preconceito se refere a uma forma de pensar, a discriminação se concretiza em ações ou omissões de quem possui esse pensamento. Assim, ela pode se manifestar tanto por meio de ofensas verbais quanto pela negação de oportunidades, como recusar a

contratação de alguém, sustentando a ideia equivocada de que pessoas de determinada raça seriam inferiores. Por fim, a injúria racial ocorre quando alguém é atingido em sua honra por causa de sua raça ou cor. Muitas vezes isso aparece disfarçado de “brincadeira”, mas continua sendo violência (Moreira, 2019).

Além disso, existem também representações de racismo em sociedade, como os “padrões de beleza”⁹, por exemplo. [...] esse padrão se aproxima fortemente de um ideal de beleza europeu — pele clara, olhos claros, cabelos claros e lisos —, o que contribui para a manutenção de um racismo velado. Esse modelo estético consolidou a ideia de que quanto mais alguém se aproxima da branquitude, mais bonito é considerado, sempre associado a valores positivos. Em contrapartida, quanto mais uma pessoa se aproxima da estética negra, mais feia passa a ser vista, carregando de forma recorrente uma conotação negativa (ONU mulheres, 2022).

Alisar os cabelos é uma das violências mais comuns aos traços naturais da criança negra. Aceitar os cabelos crespos geralmente é loucura, as pessoas reparam quando alguém passa na rua com um Black Power, tranças ou dreads, associa-se a sujeira ou a falta de cuidado, nunca algo natural. “Todos os racismos são abomináveis e cada um faz as suas vítimas a seu modo. O brasileiro não é o pior, nem o melhor, apenas tem suas peculiaridades” (Munanga, 2019).

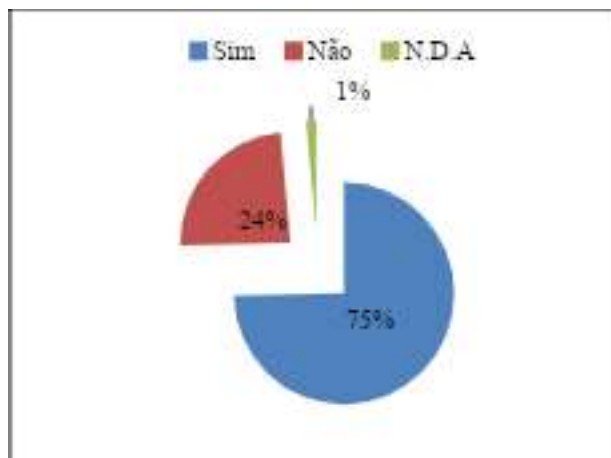
O racismo se perpetua em todos os ambientes, mercado de trabalho, esporte, na política, na escola, em casa, na televisão, na rua. Ele está impregnado na sociedade como algo natural. Falar sobre geralmente é “chato”, é “desnecessário”, é “maçante”. Até quando vamos nos deparar com os casos principalmente nas escolas e simplesmente fingir que é algo normal e corriqueiro, que fechar os olhos é mais fácil. Que admitir pode causar transtornos para a pessoa que comete o crime, afinal ninguém é racista.

Sabendo que o racismo faz parte da própria estrutura da sociedade e, por isso, pode acontecer mesmo sem intenção, entende-se que ficar em silêncio diante dele não torna a pessoa moral ou juridicamente culpada. No entanto, esse silêncio a torna ética e politicamente responsável por permitir que o racismo continue existindo (Almeida, 2019).

Nas instituições de ensino diariamente acontece racismo e na Escola Prefeito Benício Ferreira Reis não é diferente e isso está comprovado na pesquisa que realizei.

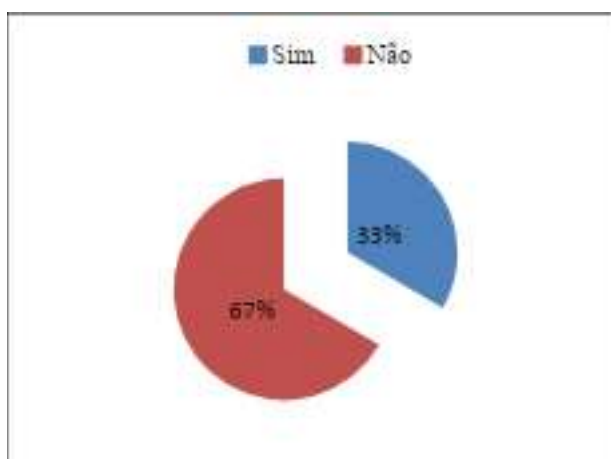
⁹ Padrão de beleza é uma expressão usada para caracterizar um modelo de beleza que é considerado “ideal” em uma sociedade.

Gráfico 1 - Você já presenciou racismo na escola?



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Gráfico 2 - Você já sofreu racismo na escola?



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Perguntei aos alunos se já sofreram ou presenciaram racismo na escola, 33% responderam que já sofreram (Gráfico 1)¹⁰ e 75% presenciaram (Gráfico 2) o ato no ambiente escolar. São palavras “sem intenção de machucar”, “não foi o que eu quis dizer”, “foi uma brincadeira”, “pode nem brincar mais que já é racismo”, são algumas das frases que eu enquanto aluna (na adolescência) e educadora já ouvi. É o que se define como “racismo velado”. Munanga (2004) destaca uma característica central do racismo velado: ele

¹⁰ Todos os gráficos foram elaborados pela autora no Excel, utilizando dados da pesquisa realizada com os estudantes, professores e gestores da Escola Prefeito Benício Ferreira Reis. Os mesmos não estão de acordo com a ordem das perguntas que foram realizadas nos questionários, por que foram debatidas ao longo texto levando em consideração seus temas adequados ao arcabouço teórico.

é contraditório. As pessoas dizem que não são racistas, mas mantêm atitudes e práticas discriminatórias.

Ainda sobre as perguntas supracitadas, uma resposta de uma aluna me chamou atenção, quando ela relata que já passou pela situação e que ficou triste a ponto de chorar em silêncio em casa. A mesma aluna disse que a escola deveria falar mais sobre o assunto, que deveria ter uma disciplina que pudesse ensinar de fato sobre direitos.

Outro aluno relatou que quando sofreu racismo não sabia que se tratava de um crime, mas que sabia que não era culpa dele e nem sobre ele, mas sim sobre o caráter do outro. Que geralmente as pessoas negras não são incentivadas a ter orgulho de sua história e aparência, mas a não gostar de sua aparência e aceitar o preconceito calado, como se o errado fosse você mesmo.

O caso que mais me chamou atenção foi de dois alunos do 8º ano. Uma aluna negra me chamou para conversar no mesmo instante que entrei na sala para ministrar as duas aulas da semana. E disse “tia a senhora não sabe o que está acontecendo comigo nesta sala. O colega x (que foi diagnosticado com autismo) está sendo racista comigo, já aconteceram algumas vezes. Ele me chamou de ~~vagabundo~~ e quando eu fui repreender ele disse que podia falar pois ele era branco apontando para o braço”.

No mesmo instante deixei de lado o planejamento para aquele dia e fui conversar com a turma em especial com o aluno X que disse para se defender que os outros colegas o mandavam falar. Pude perceber que os colegas do menino X não tinham coragem de falar por saber que seriam penalizados, mandavam o menino que com transtorno do espectro autista falar já que ele não seria penalizado pela condição. Procurei a direção e relatei o acontecido e a turma teve uma séria conversa com a diretora, a qual não pude presenciar.

Na pesquisa sobre a questão de racismo ou injúria racial presenciada pelos professores (Gráfico 3), 52% responderam já ter presenciado, enquanto 48% não. É perceptível que os dados são bem diferentes dos dados dos alunos com a mesma pergunta, na mesma escola. A diferença é bem grande, pois 75% dos alunos já presenciaram. Ou seja, talvez os casos de racismo e discriminação aconteçam internamente entre os alunos não dando margem para os professores terem conhecimento, e a vítima não leve os casos para os seus superiores para serem resolvidos formalmente. Talvez as resoluções dos casos não sejam atrativas para a vítima, que prefere não denunciar.

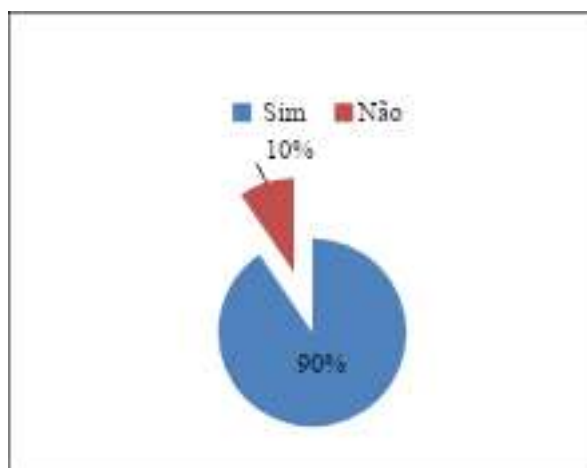
Gráfico 3 - Você já presenciou racismo ou injúria racial na escola Prefeito Benício Ferreira Reis entre alunos?



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Na pergunta “Em caso de racismo ou injúria racial na escola você sabe como agir?” Apenas 10% dos professores responderam que não e 90% que sim.

Gráfico 4 - Em caso de racismo ou injúria racial na escola você sabe como agir?



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Isso é muito importante ressaltar, pois diante dos vários casos denunciados pelos alunos, se fossem levados aos professores teriam mais visibilidade e a possibilidade de não acontecer novamente seria maior, já que saberiam resolver e penalizar o agressor. Mas até a vítima ter ciência do crime sofrido, ter coragem de denunciar e agir para que para que diminuam os casos tomando consciência de quem ele é, de sua história, seus antepassados, sua identidade é um percurso longo a ser trilhado, não é impossível, mas é difícil, principalmente quando o conhecimento não é propagado no ambiente escolar.

Ainda sobre a pergunta acima, os professores colocaram possíveis ações que auxiliam no combate do racismo e afins, como a divulgação de palestras, seminários,

eventos em prol da consciência sobre os malefícios do racismo; campanhas de conscientização sobre o problema, oficinas através de uma abordagem mais direta que tivesse um foco maior no assunto, sensibilização da comunidade escolar. Ainda, relacionar a educação e segurança relacionado às punições a favor do crime de racismo, sendo essa a partir de viés educativo.

Compreender o racismo em suas várias dimensões auxilia principalmente em sua identificação. Hoje, com os diversos meios de comunicações, as informações perpetuam-se em segundos, então estudar, informar-se e compartilhar práticas antirracistas e trabalhar nas aulas identidade racial (ONU mulheres, 2022).

Os dados da pesquisa realizada na escola campo revelam que o racismo está presente no cotidiano escolar, muitas vezes de forma velada, naturalizada e silenciada, afetando profundamente o bem-estar, a autoestima e o percurso escolar de crianças e adolescentes negros. Isso demonstra que a escola, embora seja um espaço privilegiado para o enfrentamento dessas práticas, ainda carece de ações mais efetivas, sistemáticas e formativas. A discrepância entre as percepções de alunos e professores sobre a ocorrência do racismo evidencia a necessidade de ampliar o letramento racial de toda a comunidade escolar, bem como de fortalecer mecanismos de escuta, acolhimento e responsabilização.

Se existe racismo, existe antirracismo! Afinal, o que é antirracismo? Trata-se de uma atitude assumida para o enfrentamento do racismo em suas diferentes formas: individual, institucional e estrutural. Nesse sentido, o reconhecimento da existência do racismo é indispensável, pois é a partir dessa tomada de posição que se inicia o caminho para uma prática efetivamente antirracista (ONU mulheres, 2022). Dizer que não é racista não é uma atitude antirracista, da mesma forma que dizer que somos todos iguais também não, ao contrário, é necessário reconhecer as diferenças, compreender e aceitar a diversidade.

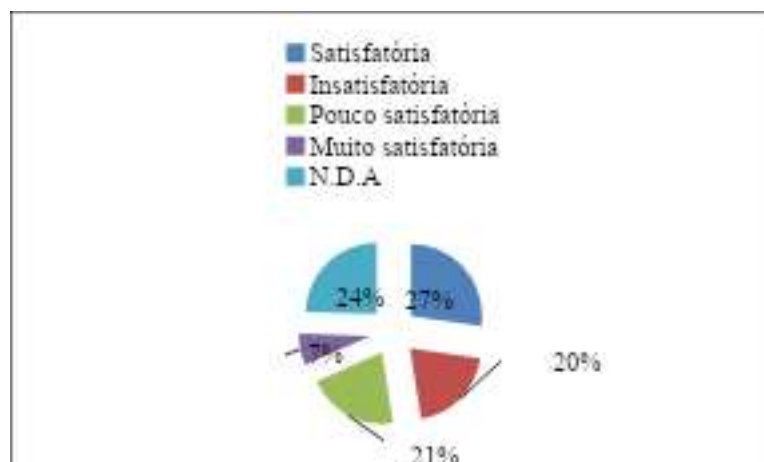
O processo de valorização e aceitação da identidade negra é um elemento antirracista, pois é através da identificação com a cultura afro-brasileira e africana que se combate o eurocentrismo. Aceitar os cabelos crespos, usar *Black Power*, tranças, turbantes e outros, ou seja, enaltecer a cultura negra é afirmar que há beleza nas pessoas negras. Além disso, refletir sobre representatividade é também uma prática de combate ao racismo, pois quando as pessoas negras ocupam espaços de poder reflete no outro a vontade de estar no mesmo lugar ou ocupar espaços semelhantes, gera a sensação de esperança, principalmente quando a “normalidade” é o oposto, apenas brancos ocupando espaços de destaque.

“Como pensar em práticas antirracistas em sala de aula?”. Pinheiro (2023) enfatiza como práticas antirracistas todas aquelas voltadas para a denúncia do racismo no sentido maior de sua reversão/destruição. Inicialmente, é necessário levar as crianças a entenderem a noção de coletividade, comunidade e parceria. Que todos os seres humanos são apenas de uma raça, a humana. Que através do ensino da História e cultura afro-brasileira, africana e indígena, as crianças saibam que o país e o brasileiro são formados através da miscigenação. Que é necessário ter nas escolas projetos baseados no multiculturalismo enaltecendo as diversas culturas e suas contribuições positivas. A autora mostra que introduziu como prática antirracista um calendário decolonial com eventos que abarcam diversas culturas, desde a indígena à cigana.

Práticas do dia a dia como o vocabulário, em que algumas pessoas mesmo sem saber acabam falando palavras ou expressões racistas, como “denegrir”, “tornar escuro”; “fantasias de negro”, “cabelo de Bombril”, “escravo”, “não sou tuas negas”, e outras que são marginalizados nos meios de comunicação, tudo isso é racismo estrutural. O que se pode fazer é não reproduzir as práticas racistas e corrigir/denunciar quando presenciar. É importante ressaltar o papel da escola enquanto veículo primordial da causa, pois é nela que há a reflexão de temas sensíveis, que provavelmente não há nas casas dos alunos e nem na rua. Que a escola é espaço de formação e transformação social, aliada ao enfrentamento ao racismo e o professor em seu papel principal perpetuar ações pautadas no enaltecimento das culturas afro-brasileiras e africanas e não no rebaixamento desses povos como é comum nos meios de comunicação e livro didático (Pinheiro, 2023).

Quando perguntei sobre a atitude da escola acerca da reação e tomada de decisão sobre os atos criminosos de racismo (Gráfico 5), as respostas foram bem parecidas. 27% julgaram satisfatórias e 20% insatisfatórias. Talvez isso ocorra pelas particularidades dos casos, que na maioria das vezes são resolvidos com conversa, aperto de mãos dos envolvidos e fica tudo bem no final.

Gráfico 5 - Se sim, a atitude da escola para resolver a situação foi:



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Nos casos de racismo na escola: como atuar? Possíveis ações a serem desempenhadas pelo professor no caso de o crime de racismo acontecer em sua aula. Quaisquer que sejam: xingamentos verbais, agressões física ou psicológicas. A atuação do professor deve ser levar o caso ao órgão jurídico responsável, já que é um crime previsto pela Lei 7. 716/1989. O racismo não pode ser tratado com algo pontual, é crime gravíssimo e inafiançável.

Ademais, professores e toda a equipe escolar deveriam ter formação para lidar com esses tipos de crimes. Pode ser que os casos de racismo na escola diminuíssem se as penas fossem mais severas, pois, após o crime a pena ser um aperto de mão e um pedido de desculpas não resolve o problema (Pinheiro, 2023).

Os docentes devem estar atentos aos casos de racismo na escola, pois fingir que não viu ou não repreender as atitudes racistas somente ajudará a reproduzir e normalizar os preconceitos e discriminações. O diferencial está na ação que se decide tomar após o acontecimento. Além disso, para que a prática antirracista seja efetivamente assumida no exercício da docência, é indispensável que a educadora ou o educador volte o olhar para si e reflita sobre a própria identidade, seja ela negra ou não. Esse movimento possibilita o reconhecimento do papel de cada um como sujeito ativo de transformação social.

Em um contexto educacional marcado por uma formação racializada e eurocêntrica, que silencia a história negra do país e, por consequência, apaga a memória de mais da metade da população, torna-se fundamental aprofundar a compreensão sobre si mesmo (ONU mulheres, 2022).

Abaixo, apresento um mapa mental¹¹ Com as respostas da pesquisa realizada na Escola Prefeito Benício Reis sobre o tema central é “Racismo na Escola como combater/atuar?”. As ramificações foram as respostas coletadas nos formulários impressos (Apêndice B) e aplicados aos alunos, professores e gestão (coordenação e direção).

Figura 13 - Mapa mental “Racismo na Escola como combater/atuar?”



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Para instruir a equipe educacional de Alagoas foi criado um documento - Protocolo Antirracista para as Unidades de Ensino da Rede Pública Estadual de Alagoas: combatendo o racismo e promovendo a equidade, o mesmo é alinhado a Lei nº 10.639/2003 e com a Portaria nº 470/2024 (que regulamenta a Política Nacional de Equidade, Educação para as Relações Étnico Raciais e Educação Escolar Quilombola). Seu objetivo é orientar a comunidade escolar sobre como agir diante de incidentes de racismo na escola, reconhecendo a importância de prevenir e enfrentar esses casos de forma eficaz. “Propõe medidas concretas para prevenir o racismo, garantindo equidade e respeito a todas as identidades culturais” (Alagoas, 2024).

¹¹ É uma ferramenta utilizada para organizar e visualizar informações, possibilitando uma melhor compreensão acerca de um determinado tema. Baseia-se na criação de um diagrama alimentado por um tema central, conectando-se com ideias secundárias.

Esse protocolo estabelece algumas diretrizes para alcançar o objetivo proposto, como garantir a igualdade de oportunidades para todos os estudantes, independente de raça; medidas preventivas e ações eficazes de combate ao racismo, orientação para toda comunidade escolar quanto ao enfrentamento ao racismo; apoio e acolhimento às vítimas. O público alvo é toda a comunidade escolar: professores, gestores, coordenadores e articuladores, profissionais administrativos e de apoio, incluindo os pais e responsáveis e a comunidade externa, como parceiros, voluntários e colaboradores (Alagoas, 2024).

Sobre isso, Pinheiro (2023) para repensar a educação e construir práticas pedagógicas inclusivas, que culminem em práticas antirracistas e menos preconceituosas, todos os profissionais devem estar engajados nas formações continuadas para que as práticas sejam articuladas e no dia a dia sejam difundidas coletivamente. Pois, não basta somente os professores tratarem sobre práticas antirracistas se a comunidade escolar não tem letramento racial.

O documento sugere medidas que auxiliam nos procedimentos e notificações a serem adotados quando ocorrerem os crimes. Como intervenção imediata, suporte à vítima, notificação aos órgãos responsáveis, aos pais e a comunidade escolar, registro, acompanhamento e outros. Ressalta ainda a necessidade de apoio psicológico e medidas educativas. É um manual que ensina com clareza os passos a serem seguidos de maneira eficaz contra o racismo e afins.

Por ser um documento recente, não me aprofundi sobre o conhecimento na Escola Prefeito Benício Ferreira Reis, mas em outras oportunidades retornarei com o mesmo a fim de auxiliar a comunidade escolar, pois é mais um dos mecanismos no combate ao racismo que está em nossas mãos gratuitamente como ferramenta para propagar conhecimento.

Descolonização dos currículos, superação da perspectiva eurocêntrica do conhecimento de mundo é um grande desafio da educação brasileira, mas crucial para o antirracismo. Então, para combater o racismo nas instituições de ensino, principalmente, deve-se propagar metodologias eficientes para todos os envolvidos no setor educacional.

Formação continuada para dar suporte aos professores e educadores no geral, mas não é qualquer formação, é realçar uma nova forma de pensar os conteúdos relacionados a temática afro-brasileira e africana, mostrando as riquezas do continente africano, sua geografia, a medicina, a religião, a cultura diversa, entre outros, como destaca Gomes (2012) não é acrescentar conteúdos, mas repensar as possibilidades focando nas contribuições

positivas, pois replicar informações que distorcem a verdade apenas compactua com o eurocentrismo e racismo.

E o mais importante, cada um se fazer a seguinte pergunta: O que eu tenho feito ou posso fazer para superar o racismo? É a primeira medida para evitar reproduzir a opressão de uns e privilégios de outros (Ribeiro, 2019).

A educação antirracista, portanto, exige mais do que posicionamentos individuais: demanda compromisso institucional, formação continuada dos profissionais da educação, revisão de práticas pedagógicas e implementação de políticas públicas que garantam a efetivação das leis e diretrizes já existentes. Protocolos como o Antirracista da Rede Pública Estadual de Alagoas configuram-se como importantes instrumentos nesse processo, mas sua eficácia depende da apropriação coletiva e da aplicação cotidiana no ambiente escolar.

Por fim, reafirma-se que o combate ao racismo é uma tarefa contínua, que convoca educadores e educadoras a refletirem sobre suas próprias práticas, identidades e responsabilidades sociais. Assumir uma postura antirracista no ensino de História é contribuir para a construção de uma escola mais democrática, plural e humanizadora, capaz de romper com silêncios históricos e de promover uma educação em que todos os sujeitos se reconheçam, se sintam pertencentes e tenham assegurado o direito de aprender e existir com dignidade.

4 IDENTIDADE NEGRA COMO SE CONSTRÓI?

Nesta seção, busca-se compreender o conceito teórico de identidade e identidade negra e como esta última é construída. Ressalto a importância social no processo dessa construção e o papel da escola na implementação da Lei 10.639/03 como um dos pontos principais. Entretanto, para a construção de identidade negra positiva carece de algumas mudanças educacionais, curriculares e principalmente sociais.

A priori, o que é identidade? E identidade negra? Como é construída? Como os alunos negros se veem representados nos espaços sociais? Na mídia, no mercado de trabalho, na escola, na rua... Como o negro foi / é visto ao longo da história? Nos livros didáticos, nós somos enaltecidos ou inferiorizados? Nas novelas, nos programas de TV, nas grandes empresas, quais geralmente são os personagens e papéis dos negros? Nós (negros) nos orgulhamos de nossa cor, nosso cabelo crespo ou cacheado, e nosso nariz que não é fino como ditam os “padrões”?

Gomes (2006) chama atenção para o papel do corpo e da aparência (como o cabelo) na construção da identidade. A identidade negra envolve tanto a autoidentificação quanto o modo como a sociedade enxerga o indivíduo, mostrando que ela é também uma experiência cotidiana. Será que fomos ensinados a termos orgulho de nossa pele? Será que nossa identidade foi construída de maneira positiva ou negativa? Todas essas questões valem a pena serem pensadas, não somente por nós negros, mas todos, já que o que foi construído socialmente não diz respeito somente aos negros. Sobre isso, Hall ressalta que “[...] é somente pelo modo no qual representamos e imaginamos a nós mesmos que chegamos a saber como nos constituímos e quem somos [...]” Hall (2009, p.326).

Portanto, nós professores de todos os seguimentos, principalmente do fundamental temos que ter cuidado ao ensinar História, pois para o aluno negro, na maioria das vezes está em processo de autoidentificação de sua origem étnica. E por falta de representação positiva ou desconhecimento acaba surgindo a prática de silenciamento de sua própria origem. O professor deve auxiliar nesse processo de autorreconhecimento do aluno negro (Silva, 2021).

A identidade do indivíduo não é fixa, unificada ou determinada desde o nascimento, mas constitui-se como um processo contínuo de construção ao longo do tempo. Trata-se de uma formação marcada por dimensões inconscientes e por elementos simbólicos e imaginários, o que faz com que a identidade nunca esteja completa ou finalizada (Hall,

2001). É necessário que se compreenda a identidade como um processo permanente de identificação, sempre em transformação e em constante constituição. Identidade não é inato, é a forma de ser com os outros e com o mundo. Que indica aspectos linguísticos, culturais, rituais, comportamentos. É uma rede de relações entre grupos sociais (Gomes, 2012).

Sendo assim, a construção da identidade negra é um processo complexo, influenciado por diversos fatores, incluindo o momento em que se vive, sua história, sua cultura e as vivências individuais e coletivas desde a infância até a fase adulta. A Lei 10.639/03 e sua aplicação nas escolas desempenha um papel fundamental no processo de construção de identidade negra positiva. Pois, ao trazer para o ambiente escolar conteúdos relacionados à cultura afro-brasileira e africana através de um viés positivo e contextualizado à maneira de vida das crianças e adolescentes negros reforça a noção de cidadania e representatividade. Abdias enfatiza que a identidade negra foi historicamente apagada e desvalorizada. Por isso, é fundamental recuperar a história africana e afro-brasileira. Para ele, afirmar a identidade negra é um ato de resistência política e cultural (Nascimento, 1978).

Reforçado pelos padrões de beleza difundidos pela televisão (propagandas, novelas, redes sociais, filmes e séries), pessoas negras são frequentemente retratadas em situações de pobreza, fome e dependência de doações para sobreviver. Em contraste, as representações de famílias bem-sucedidas, com alto poder aquisitivo, boa escolarização e empregos valorizados costumam ser associadas a pessoas brancas. Esses exemplos são recorrentes na mídia e, muitas vezes, naturalizados, sem que se questione por que determinados corpos continuam sendo colocados, de forma reiterada, nos mesmos lugares sociais. A naturalização desses marcadores sociais atribuídos a determinados corpos favorece a homogeneização das representações sociais.

Assim, esse processo sustenta a permanência do ideal europeu e interfere diretamente na forma como os corpos são interpretados socialmente e como as pessoas são reconhecidas enquanto sujeitos. Tal atribuição é problemática, uma vez que a identidade não é fixa, mas dinâmica e em constante transformação, compreendendo um conjunto de características que constituem um indivíduo ou grupo em determinado contexto histórico e social (ONU mulheres, 2022).

A identidade negra não se restringe a uma categoria genérica de luta dos grupos oprimidos, uma vez que a população negra enfrenta demandas específicas que somente ela pode protagonizar, ainda que conte com o apoio solidário de outros segmentos da sociedade.

Essas especificidades estão relacionadas, entre outros aspectos, aos processos históricos de alienação do corpo, da cor, da cultura e da própria história dos sujeitos negros, o que contribui para a construção social da inferiorização, para o enfraquecimento da autoestima, para o não reconhecimento de si e para a ausência de consciência histórica e política (Munanga, 2009).

A identidade negra é entendida ainda, como uma construção social, histórica, cultural e plural. Implica a construção do olhar de um grupo étnico/racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro. A construção de identidade negra positiva no Brasil é intrincada, pois é ensinado desde cedo aos sujeitos negros a negação de si para encaixa-se e ser aceito socialmente (Gomes, 2012). Quanto mais os sujeitos estão adequados aos “padrões” construídos, mais são aceitos e têm mais oportunidades, seja de emprego, de educação, de moradia, e outros.

Em sala de aula, em um debate acerca da transmissão da imagem do negro socialmente, questionei numa turma de sétimo ano se geralmente a pessoa negra tem orgulho de ser negro, de seus cabelos crespos ou cacheados, e a maioria das respostas foram “Não”. Perguntei por quais motivos? Muitos não souberam dizer ou pareciam que estivessem com receio de falar. Uma menina de pele clara e cabelos cacheados (passando pela transição) disse “eles riem do meu cabelo, já disseram que é feio e para eu pentear” outro aluno (branco) disse que também estava sofrendo racismo, pois estavam apelidando-o de “macaco albino” e a maioria da turma achou engraçado. É claro que são formas distintas de discriminação, foi importante o debate, pois foi possível explicar que esse último não se enquadrava como racismo e sim como bullying o que o aluno branco sofreu.

Portanto, a formação identitária de um indivíduo está relacionada à sua vivência com o meio, o contexto social, as relações estabelecidas desde seu nascimento, com o ambiente familiar, religioso, profissional... Ou seja, com tudo à sua volta. Partindo dessa premissa, a formação de identidade da pessoa negra está relacionada ao reconhecimento, a resistência, a noção de pertencimento. Não é inato, é construído socialmente, é uma resposta ao racismo e as diversas formas de exclusão.

Há vários elementos que colaboram para a construção desse processo, como herança africana que se baseia na cultura, religião, língua, modos de vida. A memória e ancestralidade, quando se reconhece a história dos antepassados africanos e suas resistências, como os quilombos é uma relação de força que perdura até os dias atuais, um grande exemplo é o de Palmares, na Serra da Barriga- AL. A educação e representatividade,

pois a escola é um ambiente que passamos um grande período de nossas vidas, e nela há a presença da literatura que pode fortalecer, omitir ou inferiorizar a imagem negra.

Na escola convivem múltiplas etnias, formando um verdadeiro espaço de diversidade cultural. A cultura brasileira se manifesta intensamente no cotidiano escolar, sobretudo na escola pública. Por isso, é papel essencial da escola assumir o compromisso com a promoção da igualdade racial. No entanto, o que se observa é um paradoxo: a instituição que deveria ser um ambiente livre de discriminação muitas vezes acaba reproduzindo práticas discriminatórias. Uma das raízes dessa contradição está no fato de que, durante séculos, a escola adotou um currículo baseado em referenciais europeus, marginalizando outras histórias e saberes (Oliveira, 2008).

Ainda na conversa com os alunos do Fundamental (sétimo ano), perguntei se eles se enxergavam no livro didático, se o livro que eles tinham (poucos tinham) trazia mais a história e contribuições das populações que alicerçaram o Brasil, no caso, a indígena e africana ou a europeia. Pedi para folhearem o livro e tirarem suas conclusões. Pedi que abrissem no capítulo “Colonização da América” e, de todo o capítulo, lá no fim estava “Hora do tema: A resistência africana”, apenas uma página. E uma página também com o tópico “Não somos índios”. Alguns conseguiram compreender meu raciocínio e refletiram, comentaram, como por exemplo, “os indígenas e africanos sempre foram escravizados” o que me fez entender que essa é a história que eles costumam ouvir. Ao discutir o caráter eurocêntrico presente na construção do conhecimento histórico e nos materiais didáticos, Viana (2020, p. 75) destaca que:

A produção dos livros didáticos de História processou-se de maneira interligada à formulação do conhecimento histórico-científico. Também este saber, durante várias décadas, delineou uma construção identitária única e homogênea, pautada no referencial das camadas letradas europeias.

Gomes (2002, p. 42) afirma que “nenhuma identidade é construída no isolamento”. Nesse sentido, a escola é um ambiente em que se ensina, aprende e compartilha conhecimentos, inclusive preconceitos de diversas categorias. E ela (escola) é um espaço que interfere na construção de identidade negra. E nesse ambiente que os olhares que são lançados sobre os negros podem valorizar, discriminar ou até mesmo segregar suas identidades. Suas identidades são construídas durante suas trajetórias escolares. Escola essa que já exclui o aluno negro em suas diversas formas (inconsciente ou inconscientemente),

pois sua estrutura evidencia isso quando o aluno negro geralmente é taxado como o mais desatento ou aquele que tem mais dificuldade de aprendizagem.

Portanto, quando não há debate acerca da questão racial, inclusive nas formações de professores, a ideia de que há um padrão ideal de aluno e o negro não se encaixa, pois o aluno branco é o mais atento ou inteligente. Então, construir uma identidade negra positiva é difícil em um ambiente escolar que trata negros e sua cultura de forma desigual. Visões negativas sobre alunos negros podem levar à exclusão, ao fracasso escolar e à internalização do racismo e do preconceito (Gomes, 2002).

Ainda sobre a mesma autora, nós educadores temos a tarefa de construir caminhos que desnaturalizem as desigualdades raciais e auxiliem na construção de identidade negra positiva. O que podemos fazer? Primeiro reconhecer que não há democracia racial, e que o racismo ambíguo é uma das características. Pensar uma educação para diversidade em que coloca o negro em seu papel e espaço de protagonista em suas contribuições na história e discutir as distorções e omissões de suas participações.

Considerar também a relação entre desigualdade econômica e racismo. Construir novas práticas pedagógicas, novos materiais didáticos, estabelecer diálogos com a comunidade negra, a fim de conhecer o que pensar acerca da história que está sendo contada a seus respeito. Unir educação e identidade negra significa mudar o olhar da escola sobre o negro.

A escola tem um papel fundamental na construção de imagens positivas sobre a população negra e outros grupos historicamente excluídos. Mais do que apresentar dados sobre o racismo, é preciso discutir e refletir sobre a questão racial, valorizando as referências africanas presentes na cultura brasileira, como na história, na arte, na religião, nos costumes e nos saberes (Gomes, 2002).

Vale ressaltar que a identidade negra não está relacionada somente à cor da pele, mas à consciência política e cultural. Na escola, deve-se trabalhar a valorização da estética negra e a representatividade, bem como o diálogo a respeito do combate ao racismo para que sejam construídas nas crianças e adolescentes negros identidades positivas. Identidade é algo em constante transformação e nos reconhecer, enquanto pessoa negra, também faz parte do processo de execução da prática antirracista. Valorize quem você é, sua história e seus traços (ONU, mulheres, 2022).

4.1 Lei 10.639/03: conceitos, avanços e impasses

Aqui, analisarei a Lei 10.639/03 e sua aplicação na Escola Prefeito Benício Ferreira Reis. Ao longo da discussão, são abordados os fundamentos legais que sustentam a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-Brasileira e africana, bem como as contribuições teóricas que reforçam a necessidade de uma educação antirracista. Além disso, apresenta os principais desafios enfrentados pela Escola Prefeito Benício Ferreira Reis na implementação da lei, com destaque para a formação docente, os materiais didáticos e a prática pedagógica, articulando esses aspectos aos dados obtidos na pesquisa realizada.

De acordo com a Constituição todos têm direitos iguais, sejam civis, sociais ou políticos. A educação está inclusa nos direitos sociais. Para que os mesmos sejam respeitados, as legislações e afins são documentos norteadores para a execução na práxis diariamente. A Lei 10.639/03, promulgada no Brasil, representa um marco importante na luta pela promoção da igualdade racial.

Após pressão do Movimento Negro foi aprovado o Parecer CNE/CP 003/2004 que altera a LDB e insere a obrigatoriedade do ensino da História e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas do Brasil, tendo em vista colocar em prática o que está descrito na Constituição Federal brasileira, em que parte da premissa de defesa da igualdade de condições de todos terem conhecimento sobre as diversas culturas.

Destina-se a toda comunidade escolar, estudantes e famílias. Não é visto apenas como um documento educativo, mas que leve o acesso de informação para todos os cidadãos a fim de manter suas responsabilidades de construir uma sociedade justa e igualitária (Brasil, 2004).

Em “Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?”, Munanga (2015) aborda a importância e a necessidade do ensino da história africana e afro-brasileira no contexto educacional contemporâneo do Brasil. A autora destaca a urgência de integrar esses conteúdos no currículo escolar para promover uma compreensão mais ampla da identidade nacional, combater o racismo e valorizar a contribuição dos africanos e afrodescendentes para a formação do Brasil. O autor ressalta que o conhecimento da história da África e dos negros no Brasil é essencial para promover uma educação antirracista e para construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

Reconhecer implica em promover justiça e igualdade nos direitos sociais, civis, culturais e econômicos, valorizando a diversidade dos negros em comparação a outros grupos no Brasil. Para isso, são necessárias mudanças nos discursos, atitudes e a forma de

tratar as pessoas negras, além de um maior conhecimento e respeito pela sua história e cultura. Também envolve adotar políticas educacionais e estratégias pedagógicas que combatam a desigualdade étnico-racial, valorizem a resistência histórica dos negros e garantam que estudantes negros tenham acesso a uma educação de qualidade sem discriminação (Brasil, 2004).

O aprofundamento do que é estabelecido pela lei também está nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico – Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana de 2004. Através da prática a comunidade escolar pode incluir em seus planejamentos e cotidiano a temática. As Diretrizes enfatizam em seu texto a ampliação dos currículos escolares para a promoção de uma prática educativa diversa e não excludente. Além disso, o Conselho Nacional de Educação através da Resolução de N° 1, de 17 de junho de 2004 considera o cumprimento da lei nos estabelecimentos de ensino na avaliação das condições de funcionamento.

Nesse contexto, com o objetivo de colaborar e construir políticas públicas para a implementação da referida lei, o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana é um outro documento importante para promoção de igualdade nas escolas.

A História da África não deve ser silenciada, negligenciada ou considerada secundária, pois as relações entre o Brasil e o continente africano são profundas, estruturais e constitutivas. Não é possível compreender a história do Brasil sem recorrer à História da África, nem sem analisar os impactos das contribuições africanas na formação da sociedade brasileira, seja nos campos econômico, político, cultural, religioso, entre outros. Além disso, esse estudo é fundamental para compreender os conflitos e as tensões, tanto internas quanto externas, que atravessam essas relações ao longo do tempo (Carvalho, 2021).

Os conteúdos das histórias africanas devem ser ensinados de acordo com a cultura africana e não sob um viés ocidental/tradicional como geralmente é visto, uma sala de aula em que o professor é o centro da aula, e os alunos são meros aprendizes. Essa educação foca a importância da roda de conversa em que os elementos ritualísticos culturais desses povos são empregados, seja através da música, da dança, da contação de histórias e outros, ou seja, não negligenciar o sentido da práxis. Além disso, sugere que os próprios agentes da história e cultura africana possam ser os perpetuadores das informações, pois nada mais justo que eles próprios contem suas histórias e sejam convidados a falar (Fonseca, 2022).

Outro aspecto relevante da Lei 10.639 é a valorização da autoestima e da identidade dos estudantes negros. Ao conhecerem suas origens e o reconhecimento em fazer parte da cultura afro-brasileira e africana, os alunos negros são empoderados e fortalecidos em suas identidades. A inclusão desses conteúdos no currículo escolar e prática oferece uma oportunidade para que esses estudantes se enxerguem como protagonistas de suas histórias e se sintam representados nos espaços educacionais, como defende Gomes (2012, p. 6).

Sendo entendida como um processo contínuo, construído pelos negros e negras nos vários espaços, institucionais ou não, nos quais circulam, podemos concluir que a identidade negra também é construída durante a trajetória escolar desses sujeitos e, nesse caso, a escola tem a responsabilidade social e educativa de compreendê-la na sua complexidade, respeitá-la, assim como às outras identidades construídas pelos sujeitos que atuam no processo educativo escolar, e lidar positivamente com a mesma.

Apesar dos avanços alcançados, ainda existem desafios em sua aplicabilidade nos dias atuais com relação à efetivação. É o que está evidenciado na pesquisa realizada na Escola de Educação Básica Prefeito Benício Ferreira Reis. Um dos principais desafios está na formação dos professores para abordar os conteúdos propostos pela Lei 10.639/03.

Como demonstrado na pesquisa, quando os professores foram indagados sobre formação específica sobre a Lei, 81% responderam que não tiveram e apenas 19% tiveram. Outro dado que chamou a atenção foi sobre o conhecimento sobre a Lei, a pergunta foi se conheciam o objetivo da mesma, 57% dos professores responderam que desconheciam.

No Projeto Político Pedagógico (2021) da Escola Prefeito Benício Ferreira Reis há a preocupação em enaltecer uma educação para a tolerância em que visa contrariar as influências que levam à exclusão do outro e de ajudar os jovens a desenvolver sua capacidade de relacionar-se. Prioriza ações pedagógicas em sala de aula de modo que todos sejam incluídos. Para isso conta com a apresentação da Lei 10.639 em seu texto, além do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e oferta matrículas para alunos com necessidades especiais. Porém, é necessário investir em programas de capacitação e atualização docente, garantindo que os professores tenham conhecimento e habilidades para trabalhar de forma adequada e sensível às temáticas relacionadas à história e cultura afro-brasileira e africana, já que na teoria há a defesa, mas na prática as ações não se concretizam efetivamente.

Ainda de acordo com o texto CNE/CP 003, (Brasil, 2004, p. 7) infelizmente um dos grandes equívocos é achar que somente negros devem ser responsáveis pela luta contra a

discriminação racial e preconceitos, pois a ideologia de branqueamento, o mito da democracia racial atinge não só negros, mas está arraigado na mentalidade social, logo faz parte da sociedade como um todo. É uma tarefa de todos, inclusive na educação como um todo, deve alcançar todos os profissionais e não somente os pertencentes da cultura negra.

Ainda de acordo com o PPP (2021) é viável desenvolver e disponibilizar recursos pedagógicos que possam promover uma abordagem inclusiva, representativa e livre de estereótipos raciais, para que garanta a qualidade do ensino e aprendizagem significativos. E isso é defendido pela teoria da escola na proposta curricular quando enaltece o exercício da empatia, do diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, o respeito e promoção aos direitos humanos, com a valorização da diversidade dos indivíduos e de grupos sociais em seus diversos aspectos como saberes, identidades, culturas e potencialidades, excluindo os preconceitos de qualquer natureza.

Brasil (2004) aponta que a criação das políticas de reparação é medida que visa diminuir os preconceitos deixados pela herança escravocrata. Porém, a função de criar políticas afirmativas é do Estado, se esse não faz, a população marginalizada continua a mercê do processo excludente histórico de sempre, e os privilégios continuarão sendo negados. Ainda, cabe ao estado incentivar a criação de políticas, as quais devem criar meios de inserir a população negra e afrodescendente na educação de qualidade e fazer com que permaneçam, para que possam dar continuidade e ingressar na educação superior. Ou seja, não basta somente criar meios, mas estratégias para que sustente.

Ainda segundo o mesmo documento defende que para que seja possível o reconhecimento, valorização e respeito para com as pessoas negras é necessário que haja uma reeducação nas relações entre negros e não negros, ou seja, as relações étnico-raciais. Mais ainda, depende da articulação de várias esferas (escola, família, governo, sociedade civil, e outros) que somente a educação sozinha não consegue mudar a sociedade.

A Lei 10.639/03 representa um avanço significativo na luta contra o racismo, no entanto, apresenta desafios como os citados anteriormente. É fundamental garantir que os professores recebam formação adequada e materiais didáticos atualizados e diversificados, de forma a transmitir os conteúdos de maneira efetiva. Além disso, é necessário principalmente superar resistências por parte de alguns educadores, da própria escola e sociedade, para garantir a efetividade da lei nos espaços escolares e as comunidades possam compreender sua importância para o desenvolvimento social e inclusão das pessoas negras.

4.2 Aplicabilidade na Escola Prefeito Benício Ferreira Reis (2023 - 2025)

Como foi dito anteriormente, para a concretização deste trabalho realizei um levantamento na escola campo de estudo. Inicialmente uma conversa informal com os professores durante o horário de intervalo e alguns meses depois a aplicação de questionário impresso para o público da escola (professores, alunos, equipe diretiva e coordenação). Ao todo, foram 9 encontros, entre 2023 e 2025.

Fiz ainda a pesquisa etnográfica de observação e conversa com os alunos. Os dados obtidos tanto pelos questionários quanto pelas conversas foram analisados, contabilizados e debatidos nos gráficos que foram inseridos aqui. Vale ressaltar que a pesquisa foi satisfatória tendo em vista os dados obtidos.

No primeiro questionário (alunos) realizei perguntas de cunho pessoal como a idade, sexo. O resultado mostra que a faixa etária corresponde à maioria entre 12, 13, 14 e 15 anos e a minoria maior de 15 anos. Com relação sexo, a maioria foi do sexo feminino (53%), 37% masculino e 10% não quiseram responder.

Em sequência as perguntas já foram delineando-se na perspectiva conteudista, ainda levando em consideração a opinião pessoal do grupo pesquisado. Os dados evidenciam uma contradição significativa entre a presença do conteúdo em sala de aula e a efetiva apropriação do conhecimento pelos estudantes. Embora 58% dos pesquisados afirmaram já ter aprendido sobre a História e Cultura afro-brasileira e africana na escola, apenas 37% consideram esse conhecimento suficiente, enquanto 48% declaram possuir pouco conhecimento sobre a temática. Essa disparidade indica que, ainda que o conteúdo seja abordado, sua aplicação ocorre de forma superficial, fragmentada ou pontual, não garantindo uma aprendizagem consistente e significativa.

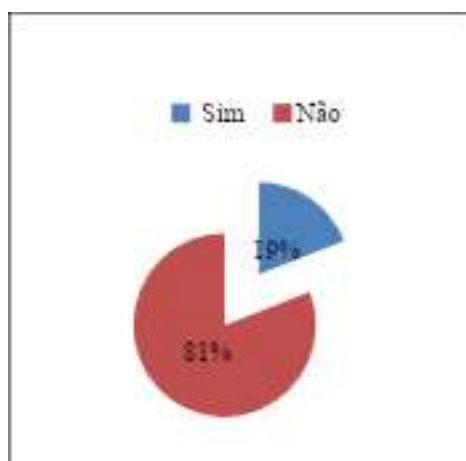
Quando perguntei sobre a contribuição da escola para o entendimento sobre cultura afro-brasileira e africana, mais da metade responderam que contribui. Quando se tratou de material didático, se esses abordam adequadamente a temática, apenas 14% disseram que sim, enquanto 78% responderam que não. Isso fica evidente que os materiais didáticos ainda são construídos no viés eurocêntrico e nega-se e silenciam-se as demais culturas. Tal resultado sugere que o ensino da temática, em muitos casos, limita-se ao cumprimento formal do currículo ou a momentos específicos do calendário escolar, sem aprofundamento ou contextualização histórica ou até mesmo sem articulação com a realidade dos alunos.

A ausência de materiais didáticos diversificados e de práticas pedagógicas mais problematizadoras contribuem para que o conteúdo não seja plenamente assimilado, reforçando uma compreensão de insuficiência por parte dos alunos. As instituições de ensino têm o dever de repensar seus currículos e práticas pedagógicas para representar a diversidade e enfrentar o racismo de forma efetiva. Compreender e combater o racismo, conforme aponta (2019), é fundamental para promover a equidade racial e valorizar as diferentes culturas e etnias que fazem parte da comunidade escolar.

No segundo questionário destinado aos professores as perguntas giraram em torno da aplicação do conteúdo em sala de aula, material didático, formação continuada e outros. Em primeiro momento indaguei sobre tempo de serviço na escola em estudo e sexo. A maioria dos profissionais trabalha de 1 a 3 anos e a minoria tem menos de um ano de trabalho na escola campo de pesquisa. Com relação ao sexo, 48% são homens e 52% mulheres.

A pergunta seguinte tratou sobre formação específica sobre a Lei 10639/03, para diagnosticar se tinham conhecimento sobre a referida legislação, apenas 19% dos professores afirmaram e 81% negaram terem tido formação. O dado é alarmante quando se trata de uma lei nova, mas que a pauta não é tão disseminada assim. “A ausência de formação inicial e continuada dos professores constitui um dos principais entraves para a implementação da Lei nº 10.639/03, resultando em desconhecimento, insegurança e resistência por parte dos educadores.” (Munanga, 2015). Analisando meu tempo de trabalho como professora na escola, com esses dados percebo que realmente nunca tivemos formação e provavelmente antes também não houve, pois alguns professores que responderam à pesquisa têm mais de 6 anos de trabalho na escola.

Gráfico 6 - Você já recebeu alguma formação específica sobre a Lei 10.639?



Fonte: Acervo da autora, 2025.

O Gráfico 6 aponta uma lacuna. Se os professores não participaram de formação específica, como vão saber aplicar a lei em sala de aula? Sabemos que a maioria dessa classe trabalha em mais de um vínculo empregatício, que são inúmeras tarefas a fazer, que levam trabalho para casa, para o fim de semana, quando que iriam buscar por conta própria materiais sobre a temática, por isso, muitas vezes o livro didático é o único recurso que muitos utilizam, e por não valorizar as culturas afro-brasileiras, africanas, asiáticas e americanas, acabam “empurrando com a barriga” os conteúdos que estão ali disponíveis, nem é por falta de conhecimento, mas é o que convém. A disponibilidade de material didático adequado e falta de investimentos também é um dos grandes desafios, os professores elegeram como sendo o maior desafio junto à falta de formação.

Gráfico 7 - Qual é o objetivo principal da Lei 10.639?



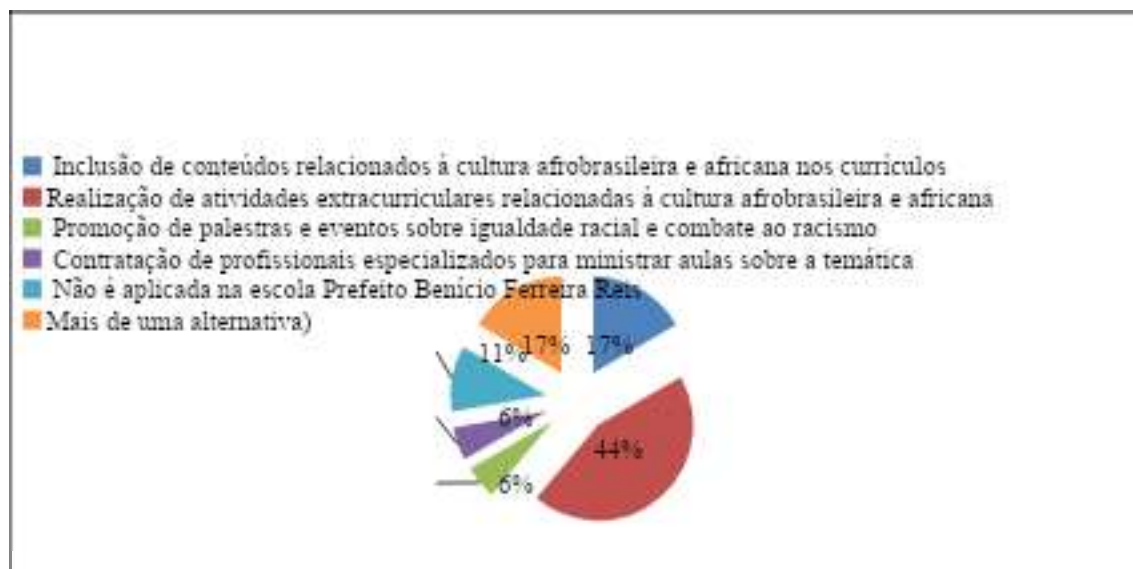
Fonte: Acervo da autora, 2025.

O mais intrigante é que a maioria não conhece a lei, quando indaguei sobre o conhecimento, 57% dos professores não sabiam do que se tratava. Sobre isso Gomes (2012) enfatiza que “Há uma grande distância entre o texto legal e a prática pedagógica. Em muitas escolas, a Lei 10.639/03 é desconhecida ou tratada como responsabilidade exclusiva de alguns professores, especialmente da área de História”.

Ou seja, se não tem incentivo por parte da secretaria de educação em levar formação básica para os profissionais de educação, infelizmente a realidade é essa, desconhecimento, inúmeros casos de racismo, discriminação, injúria racial, intolerância religiosa, violência e tudo que já foi e ainda é normalizado no ambiente escolar. Isso confirma que “O desconhecimento da Lei nº 10.639/03 não é um fenômeno isolado, mas expressão do

racismo estrutural que historicamente silenciou a história e a cultura negra nos currículos escolares.” (Almeida, 2019).

Gráfico 8 - Como a Lei 10.639 tem sido implementada na escola Prefeito Benício Ferreira Reis? (Marque todas as opções que se aplicam)

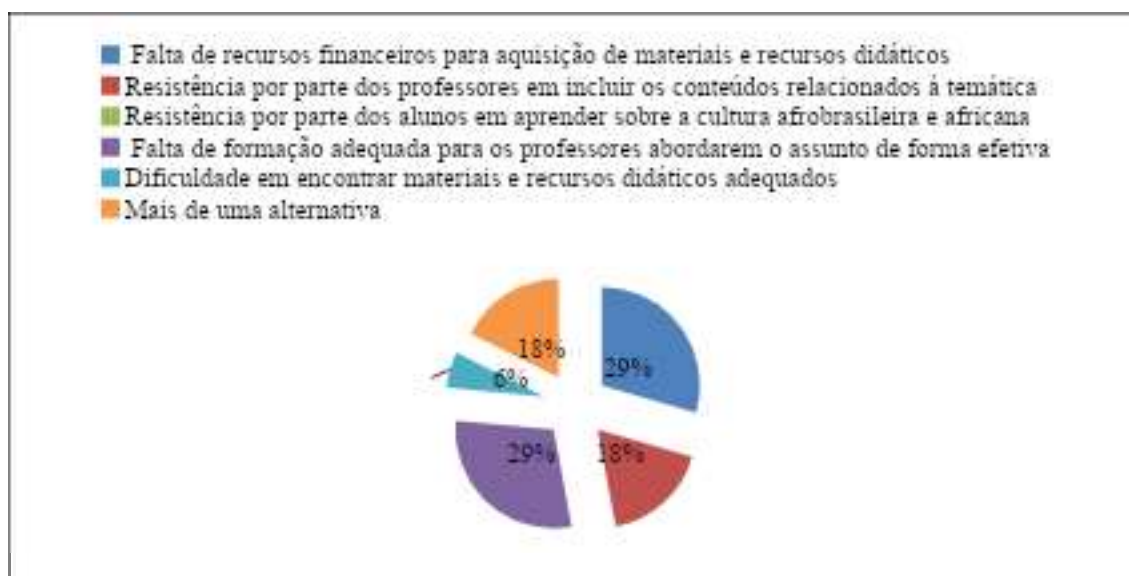


Fonte: Acervo da autora, 2025.

Quanto a pergunta sobre sua implementação na escola em estudo (Gráfico 8), as respostas foram bem diversas, como a inclusão de conteúdos no currículo, atividades extracurriculares, palestras, promoção de palestras e eventos, contratação de profissionais especializados para ministrar aulas, tudo isso relacionados à cultura afro-brasileira e africana. Em 11% responderam que a lei não é aplicada na escola em estudo.

Diante dos dados supõe-se que as respostas desses professores foram diferentes de acordo com seus tempos de serviço, tendo em vista que alguns ministram aulas há mais de 6 anos, enquanto outros não têm ao menos um ano de exercício de profissão na escola campo de estudo.

Gráfico 9 - Quais são os principais desafios enfrentados na implementação da Lei 10.639 na escola Prefeito Benício Ferreira Reis? (Marque todas as opções que se aplicam)



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Quando solicitei sobre os desafios (Gráfico 9) que há na implementação da lei na escola campo, o que mais me chamou a atenção foi a escolha de mais de uma resposta, perceptível na pergunta anterior também. Os desafios são vários que dependem de inúmeros fatores externos e internos. Dentre as alternativas mais votadas estavam “falta de formação”, “falta de recursos financeiros para aquisição de materiais e recursos didáticos” e “resistência por parte dos professores em incluir a temática”, esse último talvez esteja diretamente relacionado com os dois anteriores, já que se há falta de formação e recursos didáticos, logo haverá falta de conhecimento, consequentemente resistência para incluir conteúdos desconhecidos. Ou essa resistência seja por motivos preconceituosos e discriminatórios, já que se trata de culturas, religiões e povos diferentes.

Na pesquisa com os gestores da instituição infelizmente devido há vários contratempos, como indisponibilidade de alguns e resistência de outros. Foram duas tentativas sem sucesso em solicitar que uma coordenada específica respondesse o questionário, mas ela se recusou no momento, disse que levaria para casa e responderia com calma, mas não me deu uma devolutiva, quando solicitei novamente, disse que não tinha conseguido e que depois falaria comigo, o que não aconteceu. Não foi possível aplicar o questionário com todos, mas os dados aqui apresentados servem como base para a discussão pretendida. Ao todo foram dez perguntas, seis de múltipla escolha e quatro abertas. A

primeira pergunta foi referente ao cargo exercido na instituição, os resultados foram 4 coordenadores e 2 gestores.

As perguntas do Quadro 2 fazem referência ao conhecimento sobre a Lei 10.639/03, por motivo de privacidade dos pesquisados utilizei letras que não tem relação com suas identidades.

Quadro 2 - Conhecimentos dos gestores pesquisados sobre a Lei 10.639/03

G estores	Pergunta: Você conhece a Lei 10.639/03? Se sim, descreva brevemente. Caso contrário, indique que não conhece.
G estor A	"sim, ela estabelece as diretrizes bases da educação nacional para incluir no currículo a obrigatoriedade da temática história e cultura brasileira."
G estor B	"Sim! Essa estabelece as diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo oficial rede de ensino História e cultura afro-brasileira."
G estor C	"Lei importantíssima para a sociedade brasileira devido sua cultura mista e a educação básica deve ser fundamental nesse quesito."
G estor D	"A Lei 10.639 trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas."

Fonte: Acervo da autora, 2025.

Assim, observa-se que há certo entendimento acerca da existência da lei e o que a mesma apresenta já que nenhuma resposta declara desconhecimento. Percebe-se, também, que as respostas seguem um padrão de resposta (exceto o gestor C) “obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-brasileira”, deduz-se que há um conhecimento formal. Chama-me a atenção não haver referência a práticas pedagógicas, enfrentamento ao racismo, reformulação de currículo. Neste caso, sabe-se que existe a lei e o que ela determina, mas não como funciona na prática escolar.

A pergunta três: “Em sua instituição de trabalho, como essa temática é abordada?” Em 67% das respostas foi “Ela está incluída de forma transversal em diferentes disciplinas” e 33% “Existe uma disciplina específica dedicada ao ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana”. A resposta referente à letra C não é verdadeira, pois não há uma disciplina específica dedicada à história e cultura afro-brasileira e africana na Escola Prefeito Benício. Isso pode indicar um desconhecimento acerca da organização do currículo ou supor que a disciplina de História é para esse fim.

Há os conteúdos que já são predestinadas de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, que em seu artigo 26, a define justamente a “obrigatoriedade da

temática nas escolas públicas e privadas do país, além de definir as disciplinas de educação artística, literatura e histórias brasileiras” como principais na abordagem do tema (Brasil, 1996). Portanto, entendo a necessidade de formação continuada para o público da escola campo de pesquisa, já que informações básicas não são de conhecimento de todos.

Gráfico 10 - A Lei 10.639 trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas. Em sua instituição de trabalho, como essa temática é abordada?



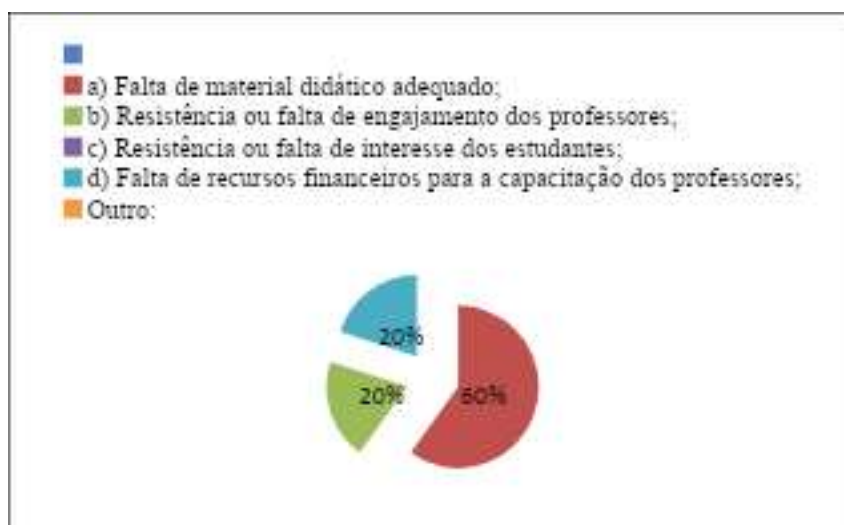
Fonte: Acervo da autora, 2025.

Em “Em sua instituição, como essa temática é abordada?” as respostas foram 67% “sim”, enquanto 33% responderam “não”. Apreende-se que por a maioria já ter participado de formação continuada, indica que em algum momento houve discussão sobre a temática na escola em estudo, e a lei não está completamente invisibilizada.

Porém, há uma lacuna, se 67% participam de formação, mas há conhecimento superficial sobre a Lei 10639 ou ainda uma disparidade na existência de uma disciplina específica como citado anteriormente, supõe-se que se houve formação de fato, foi pouco significativa, pois não há propriedade e incoerências nas opiniões coletadas.

No Gráfico 11 “Quais são os principais desafios que você identifica na implementação da Lei 10.639 em sua instituição?” 60% responderam “Falta de material didático adequado” enquanto 20% “Resistência ou falta de engajamento dos professores” e 20% “Falta de recursos financeiros para a capacitação dos professores”.

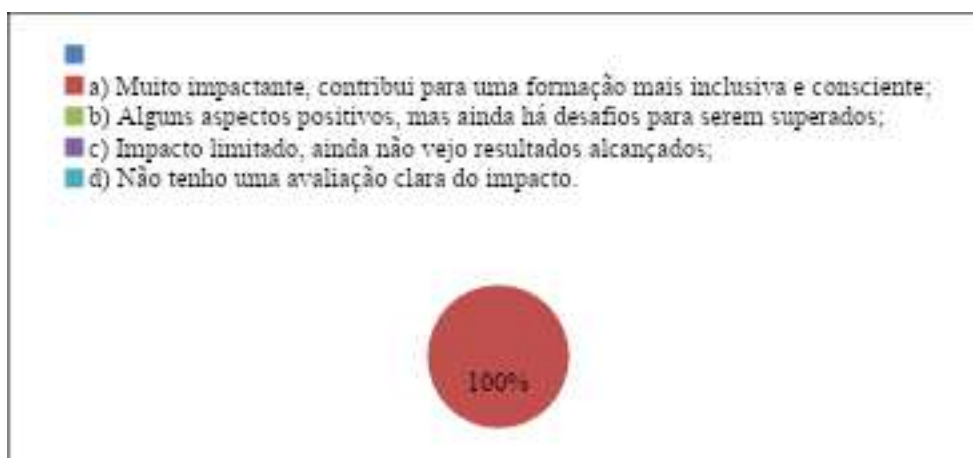
Gráfico 11 - Quais são os principais desafios que você identifica na implementação da Lei 10.639 em sua instituição?



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Essa questão é muito importante para entendermos as nuances que cercam a instituição, da mesma forma que professores alegam a falta de material e recursos, a gestão também, porém, a falta de engajamento dos professores com a temática é uma surpresa, já que os professores seguem um currículo preestabelecido e o material que a escola disponibiliza, talvez a falta de material didático esteja atrelado a essa “falta de engajamento” dos professores ou até ausência de projetos relacionados à temática, já que no dia a dia a “pressão” em ministrar os conteúdos “mais importantes” estejam como prioridade.

Gráfico 12 - Como você avalia o impacto da Lei 10.639 na formação dos estudantes?



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Com relação à sentença: “Como você avalia o impacto da Lei 10.639 na formação dos estudantes?” 100 % optaram por “Muito impactante, contribui para uma formação mais inclusiva e consciente”. Nessa questão todos foram bem objetivos sem deixar outros comentários para complementar. O resultado significa que todos reconhecem a importância da lei na escola. Porém, quando se compara com os demais resultados, percebe-se que existe a compreensão da lei, mas devido às inconsistências e lacunas, provavelmente o reconhecimento seja apenas na teoria, mas na prática pedagógica não há efetividade.

Gráfico 13 - Quais são as ações que sua instituição de trabalho tem adotado para promover a implementação da Lei 10.639?



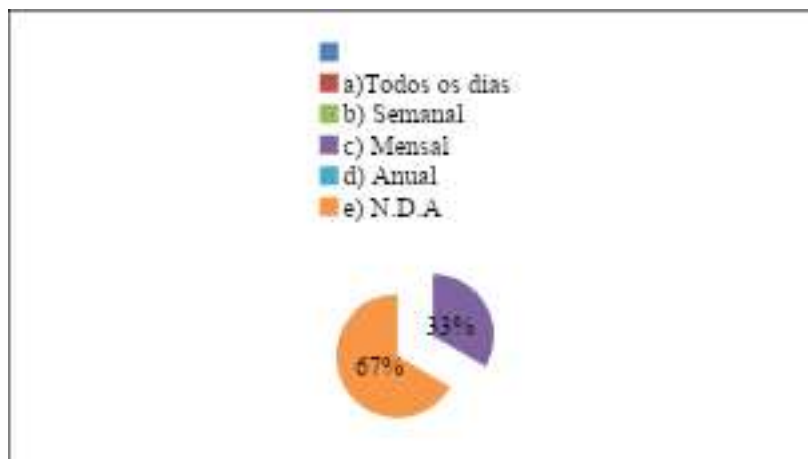
Fonte: Acervo da autora, 2025.

Em “Quais são as ações que sua instituição de trabalho tem adotado para promover a implementação da Lei 10.639?” 25% responderam “Realização de capacitações e formações para os professores sobre a temática” e 75% “Inclusão de conteúdos relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares”. Isso reflete que entendem a inclusão dos conteúdos no currículo como prioridade, e isso estão atreladas a abordagem antirracista para uma maior efetivação, inserir os conteúdos somente não é garantia da implementação da lei. Enquanto apenas 25% mencionam capacitação ou formação, isso sugere que parte dos pesquisados participou de formação.

E reforça ainda a hipótese que para a maioria a implementação está mais centrada na inserção de conteúdos que no investimento de formações. Chama atenção que não houve

escolha em eventos, atividades extracurriculares ou parcerias com outras instituições é como se houvesse uma limitação em levar novas abordagens para o interior da escola.

Gráfico 14 - Com que frequência há casos de racismo na instituição em que trabalha?



Fonte: Acervo da autora, 2025.

Com relação à frequência de casos de racismo na instituição, 67% preferiram não responder enquanto 33% responderam mensalmente. Os 33% indicam que existe racismo na escola e que reconhecem que existe mesmo não sendo a maioria, mas é um percentual significativo e não revela gravidade. Enquanto os 67% podem indicar dificuldade em reconhecer práticas racistas, receio em assumir ou simplesmente naturalizam como se fosse brincadeiras como tantas outras que são comuns no dia a dia escolar. Além disso, fazendo uma comparação com o gráfico anterior percebe-se que o reconhecimento sobre a implementação da lei a mesma não tem sido suficiente para enfrentar o racismo na escola.

Os dados são intrigantes, pois praticamente todos os dias eu enquanto professora em horários corriqueiros (entrada, durante as aulas e na saída) já presenciei várias vezes casos de discriminação, principalmente nos ônibus que levam os alunos para a escola. Tive a oportunidade de me locomover por um ano no ônibus escolar que conta com a presença diariamente de uma monitora, mas que fingia não perceber a violência que o aluno negro específico estava sofrendo. Lembro-me da palavra “macaco preto” saindo com tom de deboche de um menino da mesma faixa etária. Seria desejável que todos os casos de racismo na escola seguissem uma ordem de resolução começando pela gestão que é na instituição o órgão de maior alcance.

Em “Quais são as ações promovidas em casos de racismo na escola?” 67% preferiram não responder enquanto 33% responderam conversar com os pais. Será que a

gestão não tem regras a serem seguidas em casos de crime racial ou pelo menos não têm uma resposta que atenda a resolução dos casos na instituição. Fica a incógnita, como são resolvidos os casos? Será que de fato são resolvidos ou são omitidos assim como as respostas? Percebe-se uma dificuldade da gestão em lidar com o tema, receio em expor a fragilidade da escola e naturalização dos casos. O silêncio comunica mais do que qualquer coisa, principalmente que não há registros formais das ocorrências e nem acompanhamento.

O quadro abaixo faz referência ao conhecimento sobre a opinião dos gestores acerca da temática afro-brasileira e africana serem trabalhadas na escola relacionados à diminuição dos casos de racismo. Novamente utilizei letras para preservar a identidade dos envolvidos.

Quadro 3 - Opinião dos gestores acerca da temática afro-brasileira e africana serem trabalhadas na escola relacionados a diminuição dos casos de racismo

Gestores	Pergunta: O conhecimento sobre a diversidade cultural, história e cultura afro-brasileira na escola podem diminuir os casos de racismo?"
Gestor A	"Sim, porém essa medida só trará resultados a médio e longo prazo."
Gestor B	"Tudo isso devido a estrutura já formada em nossa sociedade."
Gestor C	"Sim, garante a possibilidade de deslocar as pessoas de objeto, de escravizado, as colocando no lugar de sujeitos detentores de conhecimento e saberes."
Gestor D	"Sim, conscientizá-los visando um equilíbrio no que diz respeito às contribuições das diferentes etnias na formação da sociedade brasileira."

Fonte: Acervo da autora, 2025.

Nessa parte do texto, evidenciou-se que a Lei 10.639/03 representa um avanço significativo na luta por uma educação mais inclusiva e comprometida com o enfrentamento do racismo. A análise dos documentos legais que giram em torno da mesma, as contribuições teóricas e a pesquisa realizada na Escola Prefeito Benício Ferreira Reis demonstraram que, mesmo que haja reconhecimento da importância da lei por parte da escola, sua efetivação ainda enfrenta vários desafios, principalmente no que se refere à formação continuada dos professores, ao acesso a materiais didáticos adequados e ao envolvimento dos educadores.

Os dados coletados revelam que a história e a cultura afro-brasileira e africana ainda são trabalhadas de forma superficial, muitas vezes reduzida a conteúdos pontuais, o que limita seu potencial antirracista. Além disso, o desconhecimento da legislação por parte de alguns profissionais da educação compromete sua aplicação na prática e contribui para a permanência de situações de racismo na escola.

Dessa forma, conclui-se que a implementação da Lei 10.639/03 exige ações que envolvam a escola, gestão, sistemas de ensino, políticas públicas, e família. É fundamental investir em formação docente, revisão curricular e práticas pedagógicas que valorizem a diversidade étnico-racial e promovam o reconhecimento da identidade negra e sua construção de maneira positiva. Somente assim será possível transformar a escola em um espaço de combate ao racismo.

5 MANUAL DE ATIVIDADES - “RAÍZES DE LIMOEIRO: IDENTIDADE, HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA”

Como material pedagógico, foi criado um Manual de Atividades sobre a identidade, história e cultura afro-brasileira, destacando-se elementos da cidade de Limoeiro de Anadia/AL. Esse material tem por objetivo valorizar as culturas negras presentes na cidade e promover um ensino antirracista.

O manual de atividades é um produto pedagógico requisito obrigatório do PROFHISTÓRIA, que deve ser apresentado no final do curso junto à dissertação. A finalidade do mesmo é ser utilizado nas aulas de História e demais disciplinas tanto para os docentes quanto para discentes. Escolhi o formato de manual de atividades, pois trata-se de um formato simples e que propõe a interação direta entre discente e docente, o que possibilita um ensino ativo. O manual é ilustrativo e intuitivo, com textos, imagens, informações e atividades lúdicas que abrangem a história e cultura da cidade. Em cada seção é abordado um tema e em seguida a atividade que deverá ser respondida individualmente ou em grupo pelos alunos com instrução do professor.

Por ser destinado ao público do Ensino Fundamental Anos Finais, utilizei uma linguagem simples e didática. Através da proposta didática será possível sistematizar saberes construídos a partir da pesquisa e desenvolver um ensino não eurocêntrico, de forma que contribua para um Ensino de História antirracista. Ademais, tem sua formação embasados na Lei 10.639/03¹², por isso agrega informações importantes sobre as culturas afro-brasileiras e africanas presentes na cultura limoeirense.

Com base no tema de dissertação, o manual é composto pelos seguintes tópicos: Apresentação (tema, justificativa e referências legais, objetivo geral e específicos), introdução, seções. Após os elementos pré-textuais, tem-se um breve histórico da cidade de Limoeiro de Anadia (Limoeiro de Anadia na atualidade com um mapa de localização e imagem de vista área da cidade); Origens da cidade (surgimento e fundação); povos originários e primeiros habitantes; Escravidão em Limoeiro de Anadia; um breve relato do Quilombo de Palmares; Tradições e cultura (Festas populares); Reisado; Patrimônio histórico e arquitetônico; Dança dos Quilombos; Grupo de capoeira águia negra.

¹² A Lei 10.639/03 determina que todas as escolas, públicas e privadas, do Ensino Fundamental ao Médio, devem incluir o Ensino de história e cultura afro-brasileira e africana em suas grades curriculares.

Em cada tópico descritos acima, há uma atividade que faz referência aos temas como: “vamos praticar?”, “Quem sou eu? – Construindo identidade”, “Vamos aprender brincando?”, “Roteiro turístico – Serra da barriga”, “Personalidades negras – Pesquisa e confecção de mural de imagens”, “Para Refletir”, “O que há de África em nós?”, “Passeio turístico”, “*Lapbook* Consciência negra”, “Roda de capoeira”.

O manual está organizado da seguinte forma:

- Cada página é dividida em conteúdo, imagens e atividades. Sendo que a depender do tema houve a necessidade de utilizar mais de uma página para o mesmo tema;
- Em cada parte inferior da página de atividade tem o público destinado, objetivos e habilidades da BNCC;
- A fonte dos textos são várias e diferentes tamanhos, cada uma adequando-se ao que é proposto (títulos, conteúdo, atividade, legendas). As cores predominantes são preto e branco e marrom. As páginas terão fundos de cores (bege e laranja);
- Cada atividade trará aspectos das culturas africanas e afro-brasileiras relacionados a cultura limoeirense;
- Para o design das páginas foi utilizado o aplicativo Canva;
- Para as imagens foi utilizado o gerador de imagens do chatGPT;
- A impressão será realizada em formato de livreto com capa (brochura) em papel couchê (250 ou 300g) fosco; miolo de papel offset brilho;
- A impressão será na Gráfica Central. Endereço: Rua trinta de outubro, 142, Arapiraca – Alagoas;

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho pretendeu entender a identidade negra no ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na Escola Municipal Prefeito Benício Ferreira Reis em Limoeiro de Anadia/AL. Para construção de identidade negra positiva e valorização dessas histórias e culturas que geralmente são associadas somente a escravidão e omitem o legado de resistência, contribuições intelectuais, tecnológicas e culturais a partir de método etnográfico com procedimento de observação participante, questionário e análise documental.

Para se atingir uma compreensão de analisar como a aplicação da Lei 10.639/03 tem influenciado na construção da identidade negra e na valorização da história e cultura afro-brasileira e africana entre os estudantes da Escola Municipal Prefeito Benício Ferreira Reis, definiu-se os objetivos específicos: O primeiro: identificar as práticas pedagógicas adotadas pela escola para implementar os conteúdos da Lei 10.639/03 no currículo escolar. Verifiquei que geralmente os temas são trabalhados apenas em datas específicas como o 20 de novembro ou/e projetos.

Depois: verificar a percepção dos estudantes e professores sobre a valorização da história e cultura afro-brasileira e africana no ambiente escolar. Confirmei que tanto professores quanto alunos compreendem a importância da temática em sala de aula, mas as ações para implementação em sala ainda são baixas. Promover uma educação antirracista é outro objetivo. A análise dos casos de racismo permitiu concluir que é frequente e a omissão também, e as ações promovidas para sanar os crimes são insuficientes e ineficazes.

Com isso, as hipóteses do trabalho foram: de que a exclusão das contribuições afro-brasileiras no currículo e nas práticas pedagógicas de ensino, se confirmou, pois reforça estigmas negativos. A falta de representatividade positiva, como a deficiência de referências negras nos materiais didáticos, contribui para a invisibilidade das identidades negras. Além disso, professores e gestores precisam de formação adequada para trabalhar à temática, porque a baixa aplicação da Lei 10.639/03 ou não aplicação pode gerar lacunas no entendimento que levam a atitudes preconceituosas entre a comunidade escolar que podem desencorajar os alunos a se reconhecerem e se afirmarem como negros.

Esta pesquisa nasceu de minhas inquietações pessoais e profissionais e vivências no cotidiano como professora de História em escolas da rede pública e particular, marcadas por desigualdades, casos de racismo e diversas formas de preconceitos. Ao longo de minha carreira docente, percebi que o currículo tradicional é em sua maioria eurocentrado, silencia experiências das pessoas negras fazendo com que isso contribua para a naturalização da

interiorização dessa camada social na escola e em outros espaços. Foi na sala, nas conversas com os estudantes que percebi que antes de ensinar os conteúdos curriculares da disciplina, precisava assumir uma postura a favor dessas “minoras” em que me incluo.

Ao escrever este trabalho, reafirmo minha postura contra o racismo principalmente em sala de aula, mas também fora dela. O ensino de História quando comprometido com viés antirracista, deixa de ser um mero transmissor de conteúdos e passa a ser um instrumento de construção de identidade negra positiva, colaborando para enaltecer as imagens dos estudantes negros, elevar suas autoestimas e colabora para uma trajetória escolar de sucesso.

Minha experiência como docente mostrou que os estudantes se reconhecem quando suas histórias são ensinadas com dignidade, respeito e quando suas referências são enaltecidas e não inferiorizadas e discriminadas. Nesse sentido, ensinar História passou a ser para mim um movimento de rever o currículo e adaptá-lo na prática inserindo com igualdade as populações marginalizadas, como nós negros.

São vários os desafios enfrentados na Escola Prefeito Benício Ferreira Reis, há insuficiência em formações, materiais defasados, falta de recursos tecnológicos, limitações da instituição em aderir mudanças, há resistências e outros. Porém, percebo que os estudantes reconhecem as limitações e quando trato sobre a temática do racismo em sala, há uma maioria que se interessa e ver uma possibilidade de compreender mais sobre o assunto e o espaço passa a ser de busca por igualdade.

Assumir uma postura antirracista e lutar por igualdade em ambientes como instituição educacional soa como militância. Há aqueles (próprios da educação) que nos veem como emocionados, julgam nosso trabalho, dizem que somos corajosos, que estamos com muito tempo. Eu via olhares de desconforto direcionados a mim, como se eu fosse alguém que estava ali para cobrar justiça e escancarar que a escola é racista, que alguns professores, funcionários, alunos, são racistas. O normal é fingir que não ver, que não acontece, que não é bem assim. Deixar para depois talvez fosse mais viável. Viável para quem? Para quem sofre?

Portanto, assumo aqui minha postura contra qualquer tipo de discriminação e me responsabilizo enquanto professora de História, um ensino pautado na construção positiva de identidades negras das crianças e adolescentes negros que passarem por minha sala de aula. Farei com que entendam seus passados e se reconheçam como portadores de histórias

de superação e conquistas. Que nossas crianças possam sentir orgulho de si mesmos, de sua cor, cabelo, traços e não se deixem abater por quaisquer que sejam os comentários maldosos.

Que a escola seja acima de tudo um lugar acolhedor, harmonioso e que pregue a igualdade de todos. Que ninguém se sinta inferior simplesmente por sua cor. Que os sejam conhecedores de leis e as coloque em prática quando necessário. Assim, a educação terá de fato sentido.

E, por fim, para pesquisas futuras, buscar compreender mais de perto como os agentes (diretores, coordenadores, professores) da escola se declaram etnicamente, pois auxiliará no entendimento a respeito da baixa implementação da Lei 10. 639/03 na Escola Prefeito Benício Ferreira Reis. Além disso, buscar mais referências e conceitos acerca da identidade negra, pois é o tema central da pesquisa.

REFERÊNCIAS

- ABAYOMI BONECA PRETA BRASILEIRA. Cultura afro-brasileira. Disponível em: [Boneca Abayomi](#). Acesso em: 23 mai. 2025.
- EMPODERA. Almanaque antirracista para profissionais da educação. Rio de Janeiro: Empodera, 2025. Disponível em: [Empodera](#). Acesso em: 02 fev. 2025.
- ALMEIDA, Silvio. Racismo estrutural. São Paulo: Pólen, 2019. 264 p.
- ALAGOAS. Secretaria de Estado da Educação. Protocolo antirracista para as unidades de ensino da rede pública estadual de Alagoas: combatendo o racismo e promovendo a equidade. Maceió: SEDUC, 2024. E-book. Disponível em: [Studocu](#). Acesso em: 04 fev 2025.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE ALAGOAS. Aprovado em 1º turno projeto que reconhece o Quilombo de Limoeiro de Anadia como Patrimônio Cultural e Imaterial. 2023. Disponível em: https://www.al.al.leg.br/comunicacao/noticias/ordem-do-dia_27-09-2023. Acesso em: 11 out. 2024.
- BARBOSA FILHO, Gilberto. Fragmentos de uma história: índios, brancos e negros no processo de construção da identidade socioeconômica e política de Limoeiro de Anadia. Arapiraca, AL: Editora Gráfica Farias, 2011.
- BARBOSA FILHO, Gilberto. Limoeiro de Anadia: cidade da gente: estudos regionais. Fortaleza, CE: Didáticos Editora, 2020.
- BARBOSA FILHO, Gilberto. Quilombo de Limoeiro: das dores à festa, das lutas ao triunfo. Maceió: CBA Editora, 2023.
- BARBOSA, Artur Sergio de Sousa. O ensino de história para uma educação das relações étnico-raciais: a história da África para além do livro didático. 2020. 176 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, 2020.
- BEZERRA, Edson. Quilombismo urbano: uma alegre folia de negros periféricos. In: TENÓRIO, Douglas Apratto et al. A presença negra em Alagoas. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2024. p. 67–72. (Edições do Senado Federal, v. 214).
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP nº 03/2004: diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: MEC, 2004.
- BRASIL. Lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989. Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 6 jan. 1989.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei nº 14.532, de 11 de janeiro de 2023. Altera a Lei nº 7.716/1989 para tipificar a injúria racial como crime de racismo. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 12 jan. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018.
- BRASIL. Escopo e metodologia das pesquisas – o que é amostra em pesquisa/enquete. Portal Gov.br, [s.d.]. Disponível em: <https://www.gov.br/ouvidorias/pt-br/ouvidorias/avaliacao-de-servicos-publicos/conselhos-de-usuarios/videos-e-treinamentos-1/criando-consultas-e-pesquisas/escopo-e-metodologia-das-pesquisas#o-que---amostra-em-pesquisa-enquete->. Acesso em: 13 out. 2025.
- BRITO, Mayara Cristina Gomes de. “Eu não sou negra, sou morena, sou marrom”: a construção da identidade negra das crianças e as memórias docentes. 2022. 166 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) – Universidade Federal de Pernambuco, Rio de Janeiro, 2022.

CANAL DE PRETO. O racismo é perigoso na educação das crianças. YouTube, 1 out. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=KZGNu4NcWLS>. Acesso em: 8 dez. 2025.

COSTA, Warley da. “Negro” na sala de aula de história: currículo e produção da diferença. Rio de Janeiro: Mauad X, 2019.

DEMO, Pedro. Pesquisa participante: saber pensar e intervir juntos. 2. ed. Brasília, DF: Liber, 2008.

DICIO. Racismo. Porto: 7Graus, 2025. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/racismo/>. Acesso em: 23 dez. 2025.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. Etnografia: saberes e práticas. In: PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (org.). Ciências humanas: pesquisa e método. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2008. p. 9–24.

ESCOLA MUNICIPAL PREFEITO BENÍCIO FERREIRA REIS. Plano de ação. Limoeiro de Anadia, 2023.

EVARISTO, Conceição. Escrivivência: a escrita de nós. Rio de Janeiro: MINA Comunicação e Arte, 2020.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FONSECA, Mariana. Histórias africanas na sala de aula. In: MELLO, Janaina Cardoso (org.). Caleidoscópio de Clio: saberes históricos em diferentes espaços de memória. São Paulo: RFB Editora, 2022. p. 151–169.

GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. Aletria: Revista de Estudos de Literatura, v. 9, p. 38–47, 2002.

GOMES, Nilma Lino. Sem perder a raiz: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

GOMES, Nilma Lino. O movimento negro descolonizando os currículos. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUEL, Ramon (org.). Decolonialidade e pensamento afro-diaspórico. Belo Horizonte: Autêntica, 2018. p. 223–246.

GOMES, Nilma Lino. Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos. *Currículo sem Fronteiras*, v. 12, n. 1, p. 98–109, jan./abr. 2012. Disponível em: <http://www.curriculosemfronteiras.org>. Acesso em: 29 nov. 2025.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

HALL, Stuart. Que negro é esse? In: HALL, Stuart. Diáspora: identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

IMAGENS AÉREAS BRASIL. Imagens aéreas da cidade de Limoeiro de Anadia. YouTube, 12 fev. 2024. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=1Opi_8kW8tE. Acesso em: 18 fev. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Panorama do Censo 2022: indicadores*. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR&tema=10>. Acesso em: 31 mar. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 28. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2004.

MUNANGA, Kabengele. Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações. 3. ed. São Paulo: Gaudí Editorial, 2012.

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? 2. ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2015.

MOORE, Carlos. A África que incomoda: sobre a problematização do legado africano no cotidiano brasileiro. Belo Horizonte: Nandyala, 2010.

MOREIRA, Adilson. Racismo recreativo. São Paulo: Pólen, 2019.

NASCIMENTO, Abdias. O genocídio do negro brasileiro. São Paulo: Perspectiva, 1978.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Como ser um educador antirracista. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023.

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Gislene Alves da. Ateliês autobiográficos: escritoras de Alagoas e suas escrevivências. *Grau Zero – Revista de Crítica Cultural*, v. 3, n. 1, p. 99–116, 2015.

SOBRAL, Maria Neide; BRETAS, Silvana Aparecida. Projeto de pesquisa. In: SOBRAL, Maria Neide; BRETAS, Silvana Aparecida (org.). *Pesquisa em educação: interfaces, experiências e orientações*. Maceió: EDUFAL, 2016. p. 126.

SOUZA, Andréia Moreira de. Re-existências negras femininas como dispositivo para o ensino de História local: construção identitária nos movimentos comunitários em Paripiranga/BA. 2024. Qualificação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2024.

TENÓRIO, Douglas Apratto et al. A presença negra em Alagoas. 2. ed. Brasília: Senado Federal, 2024.

TICIANELI, Edberto. *História de Limoeiro de Anadia*. História de Alagoas, 2019. Disponível em: [História de Alagoas](#). Acesso em: 24 maio 2026.

UNIANDRADE. O que é um mapa mental e para que serve? Blog Uniandrade, 3 ago. 2024. Disponível em: <https://uniandrade.br/blog/mapas-mentais-uniandrade/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

VIANA, Cibele Aparecida. Perdura o eurocentrismo no ensino de história? *Cadernos de Pós-Graduação*, São Paulo, v. 19, n. 1, p. 73–85, jan./jun. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/cpg.v19n1.14913>.

Apêndice A – Formulários de pesquisa

Formulário - Alunos

1- Qual é a sua idade?

- a) Entre 12 e 13 anos
- b) Entre 13 e 14 anos
- c) Entre 14 e 15 anos
- d) Mais de 15 anos

2- Seu sexo:

- a) F
- b) M

3- Você já aprendeu sobre a História e cultura afro-brasileira e africana na escola?

- a) Sim
- b) Não

4 - Como você considera seu conhecimento sobre a História e cultura afro-brasileira e africana?

- Muito
- Pouco
- Suficiente
- Insuficiente

5- Em quais disciplinas você já estudou sobre História e cultura afro-brasileira e africana?

6- Você considera que a sua escola tem contribuído para o seu conhecimento e entendimento sobre a cultura afro-brasileira e africana?

- a) Sim, muito
- b) Sim, em parte
- c) Não

7- Você sente que os livros didáticos utilizados na escola abordam adequadamente a cultura afro-brasileira e africana?

- a) Sim, sempre
- b) Às vezes
- c) Não, nunca

8- Você já presenciou racismo na escola?

- a) Sim

b) Não

9- Você já sofreu racismo na escola?

Sim

Não

10- Se sim, a atitude da escola para resolver a situação foi:

Satisfatória

Insatisfatória

Pouco satisfatória

Muito satisfatória

11- Em sua opinião, quais estratégias são necessárias para combater o racismo?

12- como o conhecimento sobre a história e cultura afro-brasileira e africana podem contribuir para combater o racismo?

Formulário – Professores

1. Há quanto tempo você leciona na escola?

- a) Menos de 1 ano
- b) De 1 a 3 anos
- c) De 4 a 6 anos
- d) Mais de 6 anos

2. Sexo

- a) F
- b) M

3. Você já recebeu alguma formação específica sobre a Lei 10.639?

- a) Sim
- b) Não

4. Qual é o objetivo principal da Lei 10.639?

- a) Promover a igualdade racial
- b) Valorizar a cultura afro-brasileira
- c) Combater o racismo e a discriminação
- d) Todas as alternativas anteriores
- e) Desconheço a Lei

5. Como a Lei 10.639 tem sido implementada na escola Prefeito Benício Ferreira Reis? (Marque todas as opções que se aplicam)

- a) Inclusão de conteúdos relacionados à cultura afro-brasileira e africana nos currículos
- b) Realização de atividades extracurriculares relacionadas à cultura afro-brasileira e africana
- c) Promoção de palestras e eventos sobre igualdade racial e combate ao racismo
- d) Contratação de profissionais especializados para ministrar aulas sobre a temática
- e) Não é aplicada na escola Prefeito Benício Ferreira Reis
- f) Outras (por favor, especifique)

Outro:

6. Quais são os principais desafios enfrentados na implementação da Lei 10.639 na escola Prefeito Benício Ferreira Reis? (Marque todas as opções que se aplicam)

- a) Falta de recursos financeiros para aquisição de materiais e recursos didáticos
- b) Resistência por parte dos professores em incluir os conteúdos relacionados à temática
- c) Resistência por parte dos alunos em aprender sobre a cultura afrobrasileira e africana
- d) Falta de formação adequada para os professores abordarem o assunto de forma efetiva
- e) Dificuldade em encontrar materiais e recursos didáticos adequados
- f) Outros (por favor, especifique)

Outro:

7. Você já presenciou racismo ou injúria racial na escola Prefeito Benício Ferreira Reis entre alunos?

- a) Sim
- b) Não

8. Em caso de Racismo ou injúria racial na escola você sabe como agir?

- a) Sim
- b) Não

9. Quais ações você acredita que poderiam diminuir os casos de racismo na escola?

Formulário - Gestores

1. Qual é o seu cargo ou função como gestor (a)?

2. Você conhece a Lei 10.639? Se sim, descreva brevemente. Caso contrário, indique que não conhece.

3. A Lei 10.639 trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nas escolas. Em sua instituição de trabalho, como essa temática é abordada?
 - a) Ela está incluída de forma transversal em diferentes disciplinas;
 - b) Existe uma disciplina específica dedicada ao ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
 - c) A temática é abordada apenas em atividades extracurriculares como em projetos;
 - d) Não há uma abordagem específica para essa temática em nossa instituição.

4. Você já participou de Formação sobre a Lei 10.639?
 - a) Sim
 - b) Não

5. Quais são os principais desafios que você identifica na implementação da Lei 10.639 em sua instituição?
 - a) Falta de material didático adequado;
 - b) Resistência ou falta de engajamento dos professores;
 - c) Resistência ou falta de interesse dos estudantes;
 - d) Falta de recursos financeiros para a capacitação dos professores;Outro:

6. Como você avalia o impacto da Lei 10.639 na formação dos estudantes?
 - a) Muito impactante, contribui para uma formação mais inclusiva e consciente;
 - b) Alguns aspectos positivos, mas ainda há desafios para serem superados;
 - c) Impacto limitado, ainda não vejo resultados alcançados;
 - d) Não tenho uma avaliação clara do impacto.

7. Quais são as ações que sua instituição de trabalho tem adotado para promover a implementação da Lei 10.639?
 - a) Realização de capacitações ou formações para os professores sobre a temática;
 - b) Inclusão de conteúdos relacionados à História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos escolares;
 - c) Promoção de eventos, palestras ou atividades extracurriculares voltadas para a temática;
 - d) Parcerias com organizações ou instituições que trabalham com a valorização da cultura afro-brasileira e africana;
 - e) Outras ações (especifique).

8. Com que frequência há casos racismo na instituição em que trabalha?
 - a) Todos os dias

- b) Semanal
- c) Mensal
- d) Anual

9. Quais são as ações promovidas em casos de racismo na escola?

10. O conhecimento sobre a diversidade cultural, história e cultura afro-brasileira na escola pode diminuir os casos de racismo?